



**FACULDADE DE SINOP
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

TIAGO POLIDO DE ALMEIDA

**A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA
INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

**Sinop/ MT
2016**

TIAGO POLIDO DE ALMEIDA

**A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA
INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do Departamento de Educação Física da Faculdade FASIPE, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientadora: Professora Doutora Bernardete Maria Backes.

**Sinop/ MT
2016**

TIAGO POLIDO DE ALMEIDA

**A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA
INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Avaliadora do Curso de Licenciatura em Educação Física – FASIPE, Faculdade de Sinop, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Aprovado em: 20/06/2016

BERNARDETE MARIA BACKES

Professora Orientadora

Departamento de Educação Física - FASIPE

MAICON CANEPPELE

Professor

Departamento de Educação Física - FASIPE

RAFAEL VIEIRA BORTOLON

Professor

Departamento de Educação Física - FASIPE

CLAUDEMIR GOMES DA CRUZ

Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação Física
FASIPE – Faculdade de Sinop

**Sinop/ MT
2016**

DEDICATÓRIA

Primeiramente a minha esposa Cristiane que sempre me apoiou em todas as minhas decisões, e sempre esteve comigo.

Aos meus filhos que amo muito Uerick Douglas e Lucas Eduardo, que sempre foram minha inspiração para nunca desistir

Aos meus pais Clovis e Sonia que mesmo longe sempre me ajudaram, e nunca deixaram que eu viesse a desistir.

Ao meu irmão Gustavo, que amo muito, que sempre me apoiou. Sem ele hoje eu não estaria concluindo a minha formação.

Aos meus pastores, líderes e amigos, e também à minha célula que amo muito, C13-Herdeiros do Reino da Igreja Batista Boas Novas, que sempre estiverem me ajudando em orações e conselhos.

E a toda minha família e amigos que estiveram comigo nessa caminhada.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por tudo, que mesmo em meio aos desertos Ele me ajudou a passar sem fazer morada, me ensinando a nunca desistir.

A minha orientadora Professora Dra. Bernardete Maria Backes, por ter me ajudado com sua sabedoria e por nunca ter desistido de mim.

A todo corpo docente do curso de Educação Física da faculdade Fasipe, pelo conhecimento que a mim foi repassado, e pelas oportunidades das vivências durante minha vida acadêmica.

Às escolas e professores que se dispuseram a participar da minha pesquisa de campo, a qual sem eles nada disso seria possível, e que sou muito grato, pois fizeram parte da minha formação.

EPIGRAFE

*Você diz: “Não vou conseguir” Deus diz: “Eu suprirei todas as suas necessidades”
(Filipenses 4:19)*

ALMEIDA, Tiago Polido de. **A prática pedagógica de professores de Educação Física na inclusão dos alunos com deficiência visual**. 2016. 68 páginas. Monografia de Conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Física – FASIPE – Faculdade de Sinop.

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema a prática pedagógica dos professores de Educação Física na inclusão dos alunos com deficiência visual. Como situação problema de pesquisa, buscou-se saber como é realizado a prática pedagógica dos professores de Educação Física na inclusão dos alunos com deficiência visual. Como objetivo, visa conhecer e analisar a prática pedagógica de professores de Educação Física na inclusão dos alunos com deficiência visual, bem como averiguar se existe e quais são as dificuldades e os benefícios da referida disciplina, identificando como acontece a inclusão do deficiente visual nas aulas de Educação Física. Para a construção e embasamento teórico, foram utilizadas leituras, dentre os quais se destacam: Gomes (2013); Fonseca e Pimenta (2011); Fumegalli (2012); Silva, Seabra Júnior e Araújo (2008); Teixeira (2008); Vioto e Vitaliano (2012). Na trajetória para aquisição de dados, utilizou-se a abordagem qualitativa com a realização de pesquisa de campo, selecionando como sujeitos participantes da pesquisa três turmas de Ensino Médio de duas Escolas Estaduais de Sinop-Mt que tem alunos (as) deficientes visuais. Aplicou-se um questionário misto com dois professores de Educação Física, e um questionário misto com seus respectivos alunos/colegas do 1º ano (22), alunos do 3º ano (22) de um dos professores, e alunos do 3º ano (27) de outro professor. Com os alunos deficientes visuais foi realizada uma entrevista semiestruturada. Através da análise foi possível averiguar que a participação do aluno deficiente visual nas aulas de educação física pode gerar vários benefícios para o mesmo, porém na realidade pesquisada a participação desses alunos não acontece de forma integral nas aulas. Os alunos/colegas da sala do aluno deficiente visual gostariam que o mesmo viesse a participar mais, entretanto esses alunos não participam de forma integral por falta de acessibilidade e atividades adaptadas, mas sabem dos benefícios que a participação nas aulas de Educação Física pode proporcionar, como a socialização e melhora na qualidade de vida. Como dificuldades apontadas, verificou-se que os professores não se sentem preparados e não buscam capacitação para trabalhar a inclusão, e o espaço físico da escola, os materiais disponíveis não contribuem para que a mesma ocorra. A inclusão do aluno deficiente visual, para acontecer nas aulas de Educação Física, ainda tem um longo caminho a percorrer para ser uma prática pedagógica de participação ativa, onde os professores devem ser os principais agentes para um ambiente de inclusão para todos.

Palavras chave: Alunos/professores. Deficiente Visual. Inclusão.

ALMEIDA, Tiago Polido de. **The pedagogical practice of Physical Education teachers in the inclusion of students with visual impairment.** 2016. 68 pages. Monograph Degree Completion of course in Physical Education – FASIPE – College of Sinop.

ABSTRACT

This research theme is the teaching practice of Physical Education teachers in the inclusion of students with visual impairment. As research problem situation, we sought to know how accomplished teaching practice of physical education teachers in the inclusion of students with visual impairment. With the objective, it aims to understand and analyze the teaching practice of Physical Education teachers in the inclusion of students with visual impairment, and see if there is and what are the difficulties and benefits of the discipline, identifying as is the inclusion of the visually impaired in Physical Education. For the construction and theoretical basis, readings were used, among which stand out: Gomes (2013); Fonseca and Pimenta (2011); Fumegalli (2012); Silva, Seabra Júnior and Araújo (2008); Teixeira (2008); Vioto e Vitaliano (2012). In the path for data acquisition, we used a qualitative approach to conducting field research, by selecting as subjects research participants three high school classes two state schools of Sinop - MT that has students visually impaired. Applied a mixed questionnaire with two physical education teachers, and a mixed questionnaire with their students / colleagues 1 year (22), student of 3rd year (22) of one of the teachers and students of the 3rd year (27) another teacher. With visually impaired students with semi-structured interview was conducted. Through analysis it was possible to ascertain that the participation of visually impaired students in physical education classes can generate multiple benefits for the same, but actually researched the participation of these students does not happen in full in class. Students / colleagues of the visually impaired student room would like that it to come to participate more, meantime these students do not participate in an integral manner for lack of accessibility and adapted activities, but they know the benefits that participation in physical education classes can provide, as socialization and improved quality of life. As pointed out difficulties, it was found that the teachers do not feel prepared and not seek training to work inclusion, and the school's physical space, the available materials do not contribute to the same occurs. The inclusion of the visually impaired student, to take place in physical education classes, still has a long way to go to be a pedagogical practice of active participation where teachers should be the main actors for an inclusive environment for all.

Keywords: Inclusion. Students/ teachers. Visually Impaired.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I: REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
1.1 Aspectos históricos e legislações pertinentes as pessoas com deficiência.....	12
1.2 Processos da exclusão e da inclusão perpassam a prática pedagógica educacional....	16
1.3 Inclusão e exclusão na prática pedagógica do professor de Educação Física.....	19
1.4 O deficiente visual nas aulas de Educação Física - dificuldades, possibilidades e benefícios.....	23
1.4.1 Dificuldades e possibilidades para lidar com a inclusão do deficiente visual nas aulas de Educação Física.....	24
1.4.2 Benefícios das aulas de Educação Física para o aluno deficiente visual.....	28
CAPÍTULO II PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	32
2.1 Abordagem da pesquisa.....	32
2.2 Tipo de pesquisa.....	32
2.3 Técnicas e instrumentos da pesquisa.....	33
2.4 Sujeitos participantes da pesquisa.....	33
2.5 Trajetória da pesquisa de campo.....	34
2.6 Análise de dados.....	35
CAPÍTULO III ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	36
3.1 O conhecimento e entendimento dos professores quanto à inclusão dos alunos com deficiência visual, possibilidades e dificuldades.....	36
3.2 A relação e a visão dos alunos/colegas de classe quanto às praticas pedagógicas do professor de educação física na inclusão do aluno deficiente visual.....	41
3.3 O aluno deficiente visual quanto à inclusão nas aulas de educação física.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55
APÊNDICES.....	60
APÊNDICE “A”.....	61
APÊNDICE “B”.....	62
APÊNDICE “C”.....	63
APÊNDICE “D”.....	64
APÊNDICE “E”.....	66
APÊNDICE “F”.....	68

INTRODUÇÃO

A Educação Física é uma área de ampla atuação, que produz conhecimentos acerca do sujeito na sociedade em geral, e que engloba diversas práticas que podem fortalecê-lo como ser humano e cidadão.

Nesse ensejo da construção de conhecimentos acerca do sujeito na sociedade, a educação física escolar trabalha para com seres históricos, sociais e de pluralidade cultural, e no contexto das aulas, os sujeitos nas suas peculiaridades e diferenças devem estar incluídos no processo de construção do conhecimento, e por isso a importância de discutir a inclusão do aluno deficiente visual nas aulas acima citadas.

As práticas pedagógicas com objetivos de favorecer a participação ativa do aluno deficiente, visam desenvolver as capacidades vitais e motoras, a mobilidade, a socialização e interação com o meio e tornam o aluno capaz de conviver na sociedade, e até mesmo fazer com que os outros alunos que não tenham deficiência visual, venham a conviver melhor com as pessoas que tenham.

Quando o aluno deficiente visual participa ativamente das aulas, melhora em relação ao seu desenvolvimento e comportamento como um todo, auxiliando para que não venha a desencadear algum outro tipo de doença, como por exemplo a depressão.

O tema abordado procura nos levar a conhecer melhor as limitações colocadas pela sociedade em relação ao deficiente visual, excluindo-o ou até mesmo fazendo com que se auto exclua, tanto de atividades no contexto escolar quanto da sociedade, levando-nos a refletir que muitas vezes nós somos os deficientes, que não queremos ver ou aceitar que essas pessoas podem sim viver e conviver de forma ativa na sociedade, sendo membro participante. Para que isso aconteça, é necessário um empenho tanto dos professores quanto da família e sociedade em geral, bem como o incentivo da parte do governo que auxilia no investimento de espaços mais adequados e materiais apropriados para que esse aluno tenha condições de participar de maneira ativa das aulas.

A escolha do tema se justifica pelo interesse de compreender e ampliar o estudo dessa temática, em relação à inclusão dos alunos com deficiência visual nas aulas de educação física, e se realmente existe a inclusão dos mesmos.

Como situação problema de pesquisa, buscou-se saber como é realizado a prática pedagógica dos professores de Educação Física na inclusão dos alunos com deficiência visual. O objetivo geral visa conhecer e analisar a prática pedagógica desses professores na inclusão dos alunos deficiente visual. Os objetivos específicos envolvem: averiguar se existem e/ou quais são as dificuldades para a inclusão dos alunos deficientes visuais nas aulas de Educação Física; verificar se existem e quais os benefícios da Educação Física para o aluno deficiente visual; identificar como acontece a inclusão do deficiente visual nas aulas de Educação Física.

A metodologia utilizada para o estudo proferiu uma abordagem qualitativa, pois através dela o leitor pode ter uma proximidade para com os sujeitos participantes. Foi realizada uma pesquisa de campo, na qual teve como sujeitos participantes dois professores de Educação Física, três alunos deficientes visuais e setenta e um alunos/colegas da turma do aluno deficiente visual de duas Escolas Estaduais de Sinop-Mt. Para obtenção dos dados foi aplicado um questionário para os professores e para todos os alunos/colegas da sala do aluno deficiente visual, e uma entrevista semiestruturada com os alunos deficientes visuais.

Este estudo científico apresenta-se organizado em três capítulos: O 1º constitui-se de tópicos que trazem assuntos relacionados à pesquisa de estudos teóricos, abordando os aspectos históricos e as legislações acerca das pessoas com deficiência, o processo de inclusão na prática pedagógica educacional, a inclusão e exclusão na prática pedagógica do professor de Educação Física, o deficiente visual nas aulas de Educação Física, suas dificuldades, possibilidades e benefícios, bem como as dificuldades e possibilidades para com a inclusão do deficiente visual nas aulas de Educação Física e os benefícios das mesmas para o aluno deficiente visual.

No 2º capítulo apresenta-se os percursos metodológicos da pesquisa, na forma de esclarecimento de como foi realizada, trazendo os caminhos traçados e percorridos para ser efetivada de maneira organizada, afim de conseguir obter os dados com os sujeitos participantes.

O 3º capítulo apresenta a análise e discussão dos dados obtidos através dos instrumentos aplicados, que foram questionários e entrevistas com os sujeitos participantes. Esses dados foram analisados e interpretados para trazer as concepções dos professores, dos alunos/colegas de turma dos deficientes visuais, bem como dos próprios alunos deficientes visuais quanto à inclusão mediante as práticas pedagógicas do professor de educação física.

Estima-se que esse estudo amplie as discussões na temática apresentada e contribua para com os professores de Educação Física, bem como das demais áreas da educação, trazendo reflexões acerca das práticas pedagógicas na inclusão do aluno deficiente visual.

CAPÍTULO I

REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Aspectos históricos e legislações pertinentes as pessoas com deficiência

Quando se fala em Educação e Educação Física adaptada devemos nos atentar a história da inclusão das pessoas com deficiência. Sabemos que para ganhar o espaço que hoje as pessoas com deficiência têm garantido por lei, passaram por difíceis momentos que a história relata. Segundo Silva, Seabra Júnior e Araújo (2008, p. 16):

Havia a exposição ao ridículo, como no caso do jardim zoológico de Montezuma entre os astecas. Lá, havia instalações separadas onde expunham homens e mulheres “defeituosos”, “deformados”, “albinos”, etc. Essas pessoas eram ridicularizadas por aqueles que as observavam.

Estudos expõem que no período da idade média, a sociedade não tinha base científica sobre as deficiências, sendo que essas pessoas se tornaram um fardo para a família, e a melhor opção a ser tomada era “descartá-las”, matando-as ou abandonando-as. Silva, Seabra Júnior e Araújo (2008, p. 17), colocam que “os egípcios também acreditavam que as doenças graves e as deficiências físicas ou problemas mentais eram provocados por maus espíritos ou pecados de vidas anteriores que deviam ser pagos”.

Com o passar do tempo, a sociedade passou a ver o deficiente de outra maneira e no final do século XVIII e no início do século XIX, começou-se um processo de discussão sobre as deficiências, de comunicação e estudos para a inclusão e passou-se a ter uma preocupação para com as pessoas deficientes.

De acordo com estudos realizados na disciplina de “Fundamentos e Metodologias da Educação Física para pessoas com necessidades especiais”, vimos aspectos da história que Napoleão Bonaparte no século XIX determinou aos generais que reabilitassem os soldados

feridos e mutilados para continuarem a servir o exército em outros ofícios, e assim nasce com ele a ideia de que os ex-soldados podiam ainda ser úteis, reabilitando-os para outros serviços.

Um dos esportes paraolímpicos que nasceu após a 2ª Guerra Mundial foi o Goalball, esporte jogado pelos deficientes visuais. Segundo Buch, Zilio e Maia (2014), em 1946 esse esporte surgiu na Alemanha com intuito de reabilitar os soldados que perderam a visão, e sendo apresentado ao mundo em 1976 nas Olimpíadas de Toronto, no Canadá, fazendo desde então, parte dos Jogos Paraolímpicos.

Em 21 de novembro de 1978, foi aprovada a Carta Internacional de Educação Física e Desportos pela conferência da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), onde foram apresentadas algumas sugestões de condutas e prioridades, reforçando a ideia de que o deficiente tem o direito a prática da Educação Física. Silva, Seabra Júnior e Araújo (2008, p. 24), colocam que o artigo 1º - item 1.3 prevê:

Condições particulares devem ser oferecidas aos jovens, inclusive a crianças em idade pré-escolar, a pessoas idosas e ao deficiente a fim de permitir o desenvolvimento integral de sua personalidade, graças a programas de educação física e desportos, adaptadas a suas necessidades.

No ano de 1994 em Salamanca na Espanha, foi criada a Declaração de Salamanca, realizada através da Conferência Mundial de Educação Especial, com o objetivo de garantir o direito de educação a todas as pessoas, independente de raça, cor, religião, pessoas com deficiências ou superdotados. (FUMEGALLI, 2012).

No Brasil, um marco da educação especial, foi estabelecido no período final do século XIX, que de acordo com os estudos de Jannuzzi e Mazzotta, (1985; 2004, *apud* MENDES, 2010, p. 94) se deu com “a criação inspirada na experiência europeia do Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, sob a direção de Benjamin Constant, e o Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, sob a direção do mestre francês Edouard Huet”.

Ao estudar a Educação Especial, de inclusão no Brasil, citamos Helena Antipoff, uma psicóloga Russa que se radicou no país e influenciou o panorama nacional da Educação Especial. Mendes (2010, p. 96) expõe que:

Helena Antipoff (1892-1974), havia estudado psicologia na França, na Universidade de Sorbonne, e no Brasil criou o Laboratório de Psicologia Aplicada na Escola de Aperfeiçoamento de Professores, em Minas Gerais, em 1929. Seu trabalho inicial foi uma proposta de organização da educação primária na rede comum de ensino baseado na composição de classes homogêneas. Helena Antipoff foi também responsável pela criação de serviços de diagnósticos, classes e escolas especiais.

A Constituição Federal (1988) traçou metas para a democratização da educação e apresenta dispositivos para tentar erradicar o analfabetismo, universalizar o atendimento escolar, melhorar a qualidade do ensino, implementar a formação para o trabalho e a formação humanística, científica e tecnológica do país e dentre essas linhas mestras. Mendes (2010, p.101) coloca que a Constituição Federal (1988) também apresenta a preocupação e “assegurou que a educação de pessoas com deficiência deveria ocorrer, preferencialmente na rede regular de ensino e garantiu ainda o direito ao atendimento educacional especializado”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96 no artigo nº 59, legitima que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com necessidades especiais:

Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as suas necessidades; - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados. (FUMEGALLI, 2012, p.12)

Sendo assim, a escola deve cumprir o que a lei garante ao deficiente, para atender as necessidades e peculiaridades de cada aluno. Fumegalli (2012, p. 29) aponta também o artigo 3º da LDBEN 9394/96 que estabelece que:

Todas as crianças têm o direito de frequentar uma escola regular, em que possam conviver com outras crianças e demais membros da comunidade escolar, socializando-se e aprendendo aquilo que for capaz de absorver nesse momento, sempre dentro de suas possibilidades.

Entende-se assim que ter os direitos garantidos nas legislações é necessário, e acredita-se que esses mesmos direitos devem ser de conhecimento de toda sociedade, para que as pessoas com deficiência tenham seus direitos não somente estabelecidos e garantidos, mas que sejam realmente aplicados no cotidiano.

Mediante a garantia dos direitos estabelecidos nas legislações vigentes, (Constituição Federal de 1988, LDBEN 9394/96), Lima (2010) afirma que em 1991 houve um aumento nas taxas de inclusão escolar no Brasil, mas ainda em 1996 esse acesso era falho. Embora o sistema democrático estivesse aberto, o êxito no processo inclusivo não ocorreu. Portanto, somente o acesso a pessoas com necessidades especiais não resulta no seu aprendizado, e sem dúvida, para que a aprendizagem ocorra, estes devem estar inseridos com recursos e metodologias inclusivas às suas reais necessidades no meio escolar.

No entanto, Vioto e Vitaliano (2012) colocam que embora a legislação vigente e os documentos normativos estejam impulsionando ou mesmo direcionando a organização dos sistemas educacionais inclusivos, é necessário que haja mudanças na postura de todos os envolvidos na comunidade escolar, e se essa mudança não ocorrer é impossível tornar as políticas efetivas.

Essas políticas inclusivas não se tratam de uma simples inserção de alunos com necessidades especiais nos sistemas de ensino, mas que de acordo com Vioto e Vitaliano (2012, p. 09) se trata sim “de uma reestruturação em relação à cultura, à prática e às políticas vivenciadas nas escolas, de modo que estas respondam à diversidade de aluno”.

Aos sistemas e as instituições de ensino regular, mediante o processo inclusivo, segundo Vioto e Vitaliano (2012, p.05) compete,

desenvolver não só uma nova política educacional congregada a uma prática inclusiva, mas também o desenvolvimento de uma nova cultura escolar, pautada nos direitos humanos, em especial, ao direito de todos os alunos se beneficiarem de um ensino de qualidade, tendo como pressuposto básico o princípio de igualdade.

A terminologia para se reportar às pessoas com deficiência era “portadores”, mas no dia 03 de novembro de 2010, foi atualizada a portaria nº 2.344 no art. 2º I onde se lê: "Pessoas Portadoras de Deficiência", leia-se "Pessoas com Deficiência"; (VARONOS, 2010).

Com os direitos garantidos por lei, com a revolução industrial e tecnológica vieram mais informações, comunicações, estudos e pesquisas científicas e assim, acredita-se que a vida da pessoa com deficiência foi aos poucos mudando para melhor com mais possibilidades de garantir seus direitos e obter qualidade de vida.

Na relação com os avanços tecnológicos, pode-se colocar que possibilitaram acessibilidade e melhores condições para a prática esportiva das pessoas com deficiências, avanços esses que possibilitaram tanto aspectos positivos como negativos, como coloca Almeida e Rose Junior, (s/a, p. 13):

Aspectos positivos, como o uso de mídias para o ensino tático e técnico, novos materiais como fibra de carbono, nutrição, psicologia; e aspectos negativos, quais sejam, os diferentes tipos de doping; aspectos financeiros como motor exclusivo da prática; perda da relação entre o atleta e o país de origem.

O crescente desenvolvimento industrial e o avanço das tecnologias facilitam o processo de inclusão. As informações e o conhecimento da sociedade acerca do assunto, além de viabilizar e aperfeiçoar, também contribui para o trabalho do professor com recursos materiais e de pesquisa, para auxiliar na sua prática pedagógica no processo de inclusão.

1.2 Processos da exclusão e da inclusão perpassam a prática pedagógica educacional

Falar sobre o processo de inclusão é mais complexo do que se imagina, pois, ao trazer à tona o surgimento e funcionamento da Educação Física adaptada, as dificuldades e possibilidades no processo de inclusão, assim como os benefícios da Educação Física para a pessoa com deficiência visual, fica inevitável não falar da exclusão, visto que, historicamente as pessoas com necessidades especiais carregam consigo uma marca de preconceitos, que acaba gerando esse comportamento.

Sabe-se que antigamente o deficiente era visto como uma “aberração” ou como “malditos”, mas como já relatado, essa visão tem mudando ao longo do tempo, e novas discussões vem tomando o espaço da educação, como se analisa nos questionamentos pertinentes e necessários a serem efetivados no âmbito educacional.

Como incluir sem excluir? A dúvida clara que os educadores podem ter é: adaptar as aulas ao aluno deficiente, ou adaptar o aluno nas aulas? Adaptar uma aula para o aluno deficiente, não estará excluindo os outros alunos ditos ‘normais’? É notório que essa discussão é extensa, pois para Santiago (2000), todas as pessoas ou grupos estão incluídos e excluídos na sociedade, desta maneira, ao mesmo tempo em que se exclui, se inclui, isso depende do local e da participação dessa pessoa. Para essa autora, a inclusão e a exclusão são faces da mesma realidade, que gera confronto, enfrentamento e conflitos.

Fonseca e Pimenta (2011, p. 06) expressam que “as medidas em prol da inclusão educacional devem superar efetivamente as condições que no passado produziram a exclusão e promover a justiça social”. É notório que há uma preocupação com a inclusão, mas ainda se tem em mente a necessidade de não excluir, o que torna necessário pensar em metodologias de ensino que acolham os diversos grupos existentes na escola.

A pessoa deficiente deve ser vista como mais um sujeito, único com suas especificidades, não pode ser vista como pessoa que simplesmente necessita de assistência. Reconhecer nas práticas pedagógicas educacionais as características do deficiente visual vai além de pensar políticas assistencialistas preocupadas em mascarar a desigualdade. (FONSECA E PIMENTA, 2011). Os autores afirmam que quando estes alunos chegam à escola, novas formas de exclusão podem ocorrer, e a comunidade escolar deve estar preparada para isso. Na visão dos mesmos, para incluir sem excluir necessita-se:

Dar visibilidade a esses desiguais no espaço escolar, para não correr o risco de em nome de a diversidade tratá-los uniformemente, desconsiderando os diversos interesses, as diferenças devem ser respeitadas e integradas em um contexto que não as anule. (FONSECA E PIMENTA, 2011, p. 08).

Para os autores, os “desiguais” não devem ser tratados iguais, uma vez que os mesmos têm características distintas dos demais. Dessa forma, suas necessidades são diferentes, assim a aplicação das aulas deve ser diferente para esse aluno, no entanto, não significa que as atividades precisem ser diferentes. O termo ‘desigual’ para um deficiente visual pode não ser a melhor maneira de defini-los, sendo que as leis em suas aplicações no que se refere à educação são iguais a todos. Contudo, Fonseca e Pimenta (2011, p. 08) discorrem que:

Os excluídos já foram incluídos na escola, agora, precisamos avançar neste processo, não basta dizer que todos têm o direito ao acesso, abrir as portas da escola e esperar que aqueles que por anos não tiveram acesso à educação, ao esporte, ao lazer, à cultura, simplesmente, passem a se sentir cidadãos de direito, sendo que historicamente foram excluídos de tudo isto.

Nesse sentido, reforça-se que é necessário que o processo de inclusão seja abordado na sociedade e na comunidade escolar, para entender que tal processo acontece através de conhecimentos e saberes que se dão através de estudos e pesquisas, que se sucedem nas representações sociais e práticas pedagógicas. A sociedade e a comunidade escolar devem estar engajadas para fazer a inclusão acontecer no cotidiano.

Uma escola inclusiva precisa de interação verbal, lúdica, motivação, participação na ação, criando situações para que o aluno possa expor seu esforço, sentir prazer na compreensão e na descoberta da convivência. (BOAVENTURA, CASTELLI e BARATA, 2009).

Abre-se, portanto, um leque de discussões acerca da escola inclusiva, e reflexões começam a ser geradas, como: A sociedade em que vivemos é uma sociedade inclusiva? Como a comunidade escolar recebe os alunos com deficiência? São questões discutidas na atualidade e acredita-se que já se avançou muito para uma sociedade mais justa e democrática, mas ainda é um caminho constante para mais avanços.

Se há inclusão nas práticas pedagógicas, o aluno com deficiência poderá alcançar suas metas, seus sonhos, ser uma pessoa feliz, saudável, construir relacionamentos equilibrados, ter uma vida com qualidade, ser consciente de seu papel na sociedade e desenvolver autoconceito do seu ser.

O espaço e tempo da escola deve ser um ambiente propício para a inserção proativa das pessoas com deficiência. Santos, (2008, p. 28) escreve que há necessidade de:

Criar dentro da escola espaços para diálogos, trocas de ideias e experiências, a fim de reconhecer os alunos considerados como especiais e valorizá-los dentro do ensino regular, visando remover barreiras frente à diferença e reconhecer que cada aluno possui as suas potencialidades e, a eles, devem ser oportunizadas, condições de acesso, permanência e sucesso na escola regular.

Diante disso, o professor deve estar ciente de seu papel para com os alunos com deficiência, na formação desse sujeito, sendo importante se desprender de crenças e conceitos pré-estabelecidos.

Quando falamos sobre preconceitos, se fala da exclusão, já que a história mostra que os deficientes carregam conceitos negativos. Azevedo *et. al.* (2004, *apud* GOMES, 2013, s/p.), escreve que “as pessoas com necessidades especiais têm como consequência da exclusão social problemas com a saúde física e mental”. A exclusão deve ser trabalhada para que seja transformada em inclusão, trazendo assim uma melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Fumegalli (2012) relata que na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) no relatório, no artigo 24, apresenta-se exposto que devem ser feitas, “adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais, sejam providenciadas efetivas medidas individualizadas de apoio, sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, compatível com a meta de inclusão plena”.

Fumegalli (2012, p.15) cita Paulo Freire quando diz que: “a inclusão não é uma utopia, mas uma oportunidade a ser realizada, desde que todos nós iniciemos uma luta contra nossos preconceitos e formas mais mascaradas de práticas de exclusão”. Dessa forma, de acordo com o autor, só é possível incluir sem excluir se o próprio professor respeitar as diferenças e acolher o aluno. Dessa forma, seu comportamento será um exemplo para seus alunos, já que, na maioria das vezes o professor é visto como exemplo a ser seguido.

A discussão de inclusão e exclusão é um aspecto cultural, visto que ambos são assuntos debatidos historicamente, haja visto que a autora afirma que o tema exclusão:

Ocorre devido às práticas e valores da cultura que orientam as ações do homem. É o resultado de um processo histórico de construção de valores morais por parte das diferentes culturas. Este movimento do que é normal/anormal, também parte para a educação e provoca movimentos no contexto escolar. (FUMEGALLI, 2012, p. 17)

Nesse contexto, no âmbito para com a educação de maneira geral, deve-se atentar para o fato de que mesmo com os avanços alcançados no processo de inclusão, ainda há muito que se fazer para com a educação das pessoas com deficiência, que seja realmente uma realidade que abrace a educação inclusiva. Para tanto, é necessário oferecer possibilidades de integração e não olhar para esses alunos como vítimas, não os subestimando, mas os motivando. Nesse ensejo do processo de inclusão, as ações pedagógicas dos professores, não podem ser isoladas. A escola é uma comunidade ampla que necessita de ações multidisciplinares.

1.3 Inclusão e exclusão na prática pedagógica do professor de Educação Física

A Educação Física em muitos momentos históricos foi utilizada para preparação física, com maior foco em treinamentos, e não como processo de ensino para interação, qualidade de vida, lazer. Castellani Filho (1998, *apud* KYRILLOS, 2005, p.11) explica que:

A Educação Física e o esporte, num contexto de ensino regular, nas décadas de 30 e 40, até o início da década de 50, tinha um enfoque militar e da eugenia, sendo utilizada para a melhoria de uma raça, tendo a preocupação na formação de um corpo produtivo, forte e saudável. Isto é claramente observado no artigo 27, letra b do decreto-lei 21241/38, e no item 10 da portaria 13, de 16 de novembro de 1938, do Ministério da Educação e Saúde que estabelece: “(...) a proibição de matrícula nos estabelecimentos de ensino secundário de alunos cujo estado patológico os impeçam permanentemente da frequência às aulas de Educação Física. ” Até aqui, o ensino para os portadores de necessidade educativa especial será baseado naquilo que lhes faltava, ou seja, na lesão.

Incluir a pessoa com deficiência, e em consonância desse estudo, o deficiente visual na educação, acarreta a inserção dos mesmos nas aulas de Educação Física, uma vez que, acredita-se que o esporte, as atividades recreativas, as danças, dentre os demais conteúdos, podem propiciar a inclusão. Perante isso, as aulas de Educação Física se tornaram espaços favoráveis, e é importante que o professor esteja ciente disso. Mazini Filho *et. al.* (2009, p. 01) escreve que ao professor de Educação Física:

Cabe proporcionar vivências e oportunidades motoras adaptando-se às mais diferentes realidades e construir exercícios e atividades que promovam a estimulação das áreas motoras mais debilitadas, as quais, devido ao impedimento de um desenvolvimento adequado, estão comprometidas. A educação física é uma área de adaptação que permite a participação de todos, em atividades adequadas às possibilidades de cada um, proporcionando a integração. Para cada tipo de deficiência existe uma maneira de enfatizar as necessidades a serem contempladas.

Os autores explicam que a Educação Física adaptada é um processo “amplo com transformações em todas as dimensões no ambiente físico e na mentalidade de todas as pessoas envolvidas no processo educativo, incluindo o próprio portador de deficiência e sua família”. (MAZINI FILHO, *et. al.*2009, p. 01).

Uma pesquisa feita por Ferreira (2010) aponta que o professor de Educação Física deve se atentar ao processo de inclusão e exclusão dentro das atividades esportivas. Segundo a autora, jogos como o jogo de pique-bandeira, pular corda, futebol, basquete, ao mesmo tempo que facilitam na inclusão, podem reforçar a exclusão. Na narrativa da pesquisa, a autora observou uma atividade que o professor realizou com os alunos, onde:

O professor disse que todos os alunos deveriam pular dez vezes seguidas, sem errar antes de completar este número, e aqueles que não conseguissem realizar a atividade teriam mais de uma chance, até que todos executassem esta tarefa. Ao mesmo tempo em que iguala as metas dos alunos e faz com que toda a classe tenha a chance de atingir um mesmo número, a meta “até” dez excluiu aqueles alunos que a ultrapassariam com certa facilidade e são impedidos de continuar pulando corda. Portanto, esta atividade também possui um momento chamado de Inclusão-Exclusão, que incluiu alguns alunos, mas que ao mesmo tempo excluiu outros. (FERREIRA, 2010 p. 49)

A autora explica que nessa atividade, a melhor saída seria estabelecer a mesma meta para toda a classe, como por exemplo: a de trezentos saltos, em que cada um pudesse contribuir com quantos saltos conseguisse, assim não faria com que o aluno que salta menos que a meta proposta, se sentisse de certa forma excluído e limitado na atividade, sendo necessário estipular que não seria um só aluno que poderia saltar trezentas vezes. (FERREIRA, 2010).

Nessa pesquisa percebe-se que a visão da autora difere da compreensão do significado da palavra “desigual” quando citada por Fonseca e Pimenta (2011), pois deixa evidente que “a inclusão, relacionada às aulas de Educação Física, deve ser um esforço empreendido a cada aula, justamente porque considera que todos os seus alunos são diferentes, mas não desiguais.” (FERREIRA, 2010, p.52).

O esporte, conteúdo da Educação Física, é considerado uma ferramenta de inclusão, e que na maioria das vezes, não se difere de raça, cor, credo, ou condição física. Nas aulas o professor deve ser um agente socializador, pois esportes como futebol e futsal para pessoas com paralisia cerebral e deficientes visuais, futsal para amputados, goalball, halterofilismo, hipismo, iatismo, judô para deficientes visuais, natação, rugby, tênis em cadeira de rodas, tênis de mesa, voleibol sentado para amputados, proporcionam equilíbrio na educação e a possibilidade de participação de todos.

Paiva, Oliveira e Seabra Junior (2012, p. 253) trazem a referência do esporte para colocar alguns aspectos da inclusão, bem como benefícios, expondo que:

O esporte traz consigo benefícios fisiológicos, motores, físicos e intelectuais. A maior oxigenação do cérebro durante a prática esportiva pode nos levar a uma melhora de habilidades cognitivas, e mais além, durante o exercício são liberadas no nosso organismo substâncias prazerosas que agem diretamente no bem-estar da pessoa praticante de atividade física. A pessoa com deficiência defronta-se com os desafios propostos pelo esporte, vai vencendo estas barreiras, torna-se confiante, e ela mesma altera estruturas intrapsicológicas e começa a auxiliar na sua própria inclusão social. O convívio com outras pessoas praticantes do esporte, como técnicos e ajudantes, também pode acelerar este processo de inclusão.

Soler (2009), apoiado na visão de Freitas e Cidade (1997), relatam que a prática pedagógica esportiva no processo inclusivo, deve facilitar o desenvolvimento da autoestima, autoimagem, bem como melhorar o processo de interação, desenvolver as potencialidades do aluno, melhorar as funções orgânicas e funcionais, aprimorar as qualidades físicas, desenvolver habilidades físicas, estimular as funções do tronco e membros superiores, melhorar a resistência física, motivando a pessoa com deficiência para a vivência de atividades físicas, melhorando seu equilíbrio e melhorando a capacidade de resolver problemas. Desta maneira, coloca-se que o professor deve ministrar e desenvolver a aula de Educação Física para todos, oportunizando a participação ativa no processo de ensino e aprendizagem.

Nas práticas pedagógicas das aulas, os esportes e todos os demais conteúdos da Educação Física Escolar, devem se adequar ao aluno e a sua necessidade para contribuir na sua formação integral, pois, segundo Vilela, Costa e Tubino (2009, p. 01),

as contribuições não são só competitivas, mas também, social, terapêutica, corretiva, recreativa, envolvendo valores que sustentam o necessitado especial, como: autoestima; valorização; limites; segurança; superação e outros sentimentos capazes de fortalecer uma vida.

Marques, Silva e Silva (2008), na discussão do processo de inclusão, colocam que nas aulas de Educação Física deve-se mudar o foco da cultura que preconiza a forma competitiva que ocorre em algumas escolas, pois a competição contribui de certa forma para a exclusão, já que essa prática pode gerar ao mesmo tempo os sentimentos de satisfação como o de frustração. Deve-se atentar para os sentimentos que as atividades proporcionam para os alunos, pois em algumas atividades o aluno cego pode sentir-se inferior aos demais, como ocorre em algumas atividades de rendimento por exemplo.

Uma pesquisa realizada por Alves e Duarte (2013) aponta que o aluno com deficiência se sente excluído das aulas de Educação Física quando é exposto a situações em que é julgado inferior. Estas situações em geral, envolvem reações de indiferença, rejeição, preconceito e bullying.

Parafraseando Soler (2009), a aula de Educação Física é essencial para qualquer ação que vise o homem como um todo, e é por meio dele que se deve reforçar a convivência e as potencialidades do indivíduo, mas, só se consegue esse resultado quando a aula é executada por todos, sendo possível incluir sem excluir quando a aula de Educação Física tem real sentido.

Teixeira (2008) contribui colocando que para incluir sem excluir, os alunos sem deficiência visual devem ser familiarizados com a situação do aluno com a deficiência, e que estes devem passar por um processo de informação e adaptação para receber o mesmo. Aponta que os alunos não deficientes devem observar as crianças que tem essa deficiência de várias formas, podendo ser através de vídeos e fotografias, que devem experimentar sensações semelhantes às dessa criança, e devem realizar atividades juntos com as mesmas.

Os PCN's (1998, p. 44) expõem que “agrupar os alunos de uma maneira que facilite a realização de atividades em grupo e incentive a comunicação e as relações interpessoais” o que é de suma importância para que possam se socializar com os demais colegas e que realmente possam se sentir incluído nas atividades.

Neste sentido, é importante o professor também se atentar para a função social e cultural, que os conteúdos da Educação Física possuem na consolidação do que se vivencia na sociedade como um todo, ou seja, no cotidiano dentro e fora dos espaços e tempos da escola. Em específico sobre o esporte, Vilela, Costa e Tubino (2009), citam princípios a serem considerados, sendo esses: - princípio da inclusão; - princípio da participação; - princípio da cooperação; - princípio da coeducação; - princípio da corresponsabilidade.

Diante dos princípios é fundamental que o professor entenda que cada um deles tem seu papel e assim deve buscar envolvê-los no processo de ensino aprendizagem sem preceitos, e compreender que o princípio da inclusão e da participação não aceita a segregação, ou seja, diferir entre raça, condição física, sexo, crença, que o princípio da coeducação é o princípio do esporte educacional, que faz as práticas esportivas se aproximarem da democratização, trazendo noções de regras, disciplinas e até mesmo valores.

O princípio da cooperação contribui para o desenvolvimento do espírito comunitário entre os praticantes, enquanto o da corresponsabilidade faz com que os participantes assumam

responsabilidades dentro do grupo, interagindo, sugerindo mudanças, ou adaptando quando necessário. (VILELA, COSTA E TUBINO, 2009).

Salienta-se que para a prática pedagógica da Educação Física inclusiva, se presume ser importante que o professor compreenda e busque aplicar os princípios nas aulas, sabendo-se que são princípios que auxiliam e norteiam o professor a desenvolver aulas inclusivas.

Para que a aula de Educação Física seja, portanto realmente adaptada existem também condições para isso, dentre as quais se destacam: a avaliação constante do programa de atividades, adaptação de material e sua organização na aula, tempo disponível, espaço e recursos materiais, adaptações de objetivos e conteúdos, quando for necessário, em função das necessidades educativas especiais. (MAZINI FILHO, *et. al.* 2009)

O professor, ao se deparar com o deficiente visual nas aulas, deve ter clareza e comprometimento de fazer com que o processo de ensino e aprendizagem seja para todos e de maneira eficaz, mesmo perante as dificuldades, acreditando sempre nas possibilidades de realizar uma prática pedagógica de inclusão de todos os alunos.

1.4 O deficiente visual nas aulas de Educação Física - Dificuldades, possibilidades e benefícios.

Para que a inclusão seja realizada de maneira assertiva, se faz necessário que o professor de Educação Física saiba o grau da deficiência do aluno, para planejar sua aula, já que no caso da deficiência visual, essa pode ser classificada como baixa visão ou perda total. Neves, Frasson e Cantorani, (2003, p. 04), colocam que:

Pedagogicamente, delimita-se como cego àquele que, mesmo possuindo visão subnormal, necessita de instrução em Braille (sistema de escrita por pontos em relevo) e como portador de visão subnormal aquele que lê tipos impressos ampliados ou com o auxílio de potentes recursos ópticos.

Para se trabalhar com o aluno com deficiência visual nas aulas de Educação Física, Melo (2004. p.119) explica que:

Diversos são os caminhos pedagógicos que podem ser tratados pela educação física com os deficientes visuais, porém necessário se faz termos claro, primeiramente, o conhecimento sobre tal deficiência e suas implicações na vida dos seus portadores e, a partir desse ponto, definir as ações pedagógicas que serão operacionalizadas.

Gomes (2013) aponta que as principais deficiências visuais encontradas no ensino regular são: possibilidades visuais reduzidas ou ausentes, imutavelmente nos dois olhos sem alternativa de melhora, com ou sem lentes ou intervenção. Mediante a realidade que o professor de Educação Física encontrar, deve buscar utilizar métodos e recursos pedagógicos de modo que o aluno sem nenhuma visão, ou com pouca visão compreenda, acompanhe e vivencie a aula da melhor maneira, disponibilizando sempre que possível ao aluno os materiais e equipamentos específicos de que precise.

As práticas pedagógicas das aulas de Educação Física, devem proporcionar ao aluno deficiente visual desenvolver capacidades de realizar as atividades físicas, assim como alunos que não têm nenhuma deficiência, pois de acordo com Melo (2004, p. 119) o “deficiente visual, assim como qualquer pessoa, necessita de intervenções educacionais mais próximas das suas reais necessidades. As limitações causadas pela deficiência visual não devem impedir-lo de expressar suas potencialidades.”

Melo (2004) coloca que o deficiente visual apresenta sérias dificuldades para a aprendizagem de movimentos, que provoca algumas incapacidades hipercinéticas, como a paratonia, vinculadas a atitudes de insegurança e ansiedade, apresentando também comprometimento na sua autonomia para explorar o espaço circundante. Fonseca, (1993, *apud* MELO, 2004 p.120 -121), expõe que:

A intervenção da educação física, tomando-se como referência a psicomotricidade, deve observar que a relação construtiva a ser criada deve quebrar a fabulação perniciososa em que vive a criança, transpondo para o plano prático sessões de movimento que garantam progressivamente a descoberta do espaço e a redescoberta do corpo, recorrendo às atividades tátil-cinestésicas e sonoro-motoras que inclusive facilitem a discriminação sensorial, sem a qual a criança deficiente visual não pode orientar-se.

A instituição escolar deve solicitar um laudo médico à família e repassar para os professores para que conheçam as reais necessidades do aluno com deficiência visual e possam planejar métodos adequados para aplicar a aula e obter a participação e interação do aluno deficiente visual junto aos colegas nas aulas.

1.4.1 Dificuldades e possibilidades para lidar com a inclusão do deficiente visual nas aulas de Educação Física

Quando se discute a inclusão do aluno deficiente visual nas aulas de Educação Física, deve-se atentar para a questão de encontrar possíveis barreiras, e que enquanto professores deve-se estar disposto a quebrar as barreiras que se apresentam.

Ressalta-se que existem dificuldades, problemas provenientes de fora do âmbito escolar que dificultam o trabalho do professor. Um dos problemas a ser considerado na hora de incluir o aluno deficiente visual é a família, pois a superproteção dos familiares se torna um grau de dificuldade a ser superado, tanto para o deficiente visual que se torna muito dependente, como para o professor que precisa fazer com que esse aluno tenha autonomia para realizar as atividades.

Nesse contexto é fundamental trabalhar com a família, colocando que seu filho pode e deve se tornar independente, que precisa de apoio da família, mas que deve ter também momentos em que possa fazer atividades sem a ajuda de alguém, gerando e ganhando assim uma autonomia própria. A superproteção da família, e que pode ser também dos professores e de pessoas estranhas, de acordo com Winnick, (2004, *apud* OLIVEIRA, 2014 p. 22), se dá por que:

Acham que o deficiente visual não é capaz de realizar certas atividades do dia a dia, acabam reduzindo as oportunidades desses indivíduos de viverem, e acabam ensinando-os que são incapazes e totalmente dependentes, o que certamente gera atrasos em suas capacidades de percepção, de cognição e de movimentos.

Outra dificuldade que o professor pode se deparar é para com o espaço escolar e com os materiais. Muitas escolas ainda sofrem com a carência de quadras, de um ambiente apropriado para o desenvolvimento das atividades. Quando falamos da inclusão no conteúdo, por exemplo, dos esportes, as escolas não dispõem de almofadas para traves e bolas com guizos, bem como jogos de tabuleiros apropriados em braile, entre outras adaptações. Um dos motivos pode ser porque muitos desses materiais são importados, com valores elevados de custo. Maciel (2000, *apud* GOMES, 2013, s/p) expõe que:

Precisa-se analisar se a estrutura da escola favorece a inclusão de alunos com necessidades especiais e se a comunidade escolar está disposta a trabalhar com alunos especiais. Para existir integração entre a parte docente da escola e o aluno é fundamental saber tudo sobre a deficiência, e isto se dá através de sua formação. É papel de todos na escola priorizarem a inclusão social e depois a inclusão escolar.

Quando os professores se deparam com a falta de material ou espaço apropriado, devem utilizar-se do seu potencial criativo para recriar ou adaptar as atividades e os materiais, para que o aluno deficiente visual possa realizar todas as atividades e participar junto com os

colegas, ou seja, o professor deve se constituir de uma vasta capacidade criadora e se reinventar, fazendo com que suas aulas sejam realmente adaptadas para este aluno e para com a participação de todos os alunos da turma.

De acordo como documento do MEC (1997, *apud* OLIVEIRA, 2014, p. 16) “garantidas as condições de segurança, o professor pode fazer adaptações, e criar situações de modo a possibilitar a participação dos alunos especiais”. O mesmo documento se refere a uma criança na cadeira de rodas poder participar de uma corrida se for empurrada por outra, pois mesmo que não desenvolva os músculos ou aumente a capacidade cardiovascular, estará sentindo as emoções de uma corrida, relatando a importância da interação, de estar e de se fazer presente na aula.

Soler (2009), afirma que a falta de material adequado não pode ser usado como desculpa para a “não” inclusão, pois se o professor não tiver o material, esse pode ser criado, adaptado, improvisado, mas que não deixe de realizar a atividade, pois como bem coloca o autor, construir o material resulta em construir uma educação.

O professor deve estar disposto a aprender constantemente, uma vez que quando se trabalha com educação inclusiva, todo material pode ser modificado, recriado e reinventado. Soler (2009), ainda chama atenção dizendo que o maior material é o corpo humano e que os professores não podem cruzar os braços e culpar a falta de materiais.

Também se coloca como uma dificuldade quando o aluno com deficiência visual se exclui das atividades, muitas vezes por medo de atrapalhar, por opressão da família que colocam que não deve participar das atividades, pois pode se machucar e atrapalhar, afetando assim o psicológico, causando transtornos que podem acompanhá-lo por toda sua vida. Também temos a falta de confiança pela questão de estrutura do espaço por parte do aluno, e, portanto, muitas vezes prefere não praticar a atividade por medo de sofrer algum incidente.

A falta de estímulo à participação ativa do aluno deficiente visual traz diversos prejuízos em diferentes áreas do seu desenvolvimento como: atrasos no campo motor, cognitivo, emocional e social. Nesse sentido sabe-se do valor de se trabalhar com processos que estimulam a participação. Craft, *et. al.* (1990, *apud* ALVES e DUARTE, 2005), explica que “esse estímulo deve preceder o período escolar, porém a escola e, conseqüentemente, a disciplina Educação Física, exerce papel fundamental nesse processo”.

Teixeira (2008) afirma que são necessários diferentes tipos de estímulos para o aluno com necessidades especiais, e no caso específico desse aluno, estímulos sensoriais são fundamentais. Para que desenvolvam a imagem do movimento, é preciso oferecer dicas

cinestésicas, espaciais, táteis, auditivas, e olfativas, além disso, deve considerar os aspectos emocionais de cada aluno.

Vale ressaltar que perante as dificuldades apresentadas, se traz a reflexão de outro ponto que também é apontado como problema: a capacitação dos professores de todas as áreas do conhecimento, e dentre esses os da área da Educação Física, uma vez que os profissionais devem ser capacitados para trabalhar com esses alunos, ou seja, uma formação continuada para que tenham possibilidade de compreender as características e as necessidades do aluno mediante as suas necessidades educacionais especiais.

De acordo com Lima (2010, p.64) em uma pesquisa realizada com graduandos e professores de uma universidade pública, os entrevistados afirmaram que: “não fomos preparados para trabalhar com essa clientela”. Os mesmos disseram que quando tiveram que trabalhar com alunos cegos, sentiram insegurança, e relataram que essa advém da falta de capacitação dos mesmos. Conforme o autor, os professores atuam sem qualquer tipo de formação específica, e os sistemas de ensino não conseguem identificar quais são as dificuldades dos professores para capacitá-los.

Nas questões de uma formação precária dos professores, Flores, *et. al.* (2010, *apud* GOMES, 2013, s/p), aponta que a inclusão não está acontecendo ou não está sendo satisfatória, pois,

isto se dá pela formação precária dos professores, pelo próprio preconceito e por outros problemas. É essencial a formação de um profissional capaz de atuar com alunos deficientes na escola, apesar de estar crescendo o número de profissionais formados nessa área. Todas as disciplinas devem tratar desse assunto, inclusive na Educação Física, porém nenhuma geralmente trabalha “a inclusão” propriamente dita.

Neste contexto, se coloca que é indispensável a criatividade e sabedoria do professor para utilizar dos materiais, espaços, recursos disponíveis e criados por ele para trabalhar a inclusão do aluno deficiente visual, para que esse aluno adquira autonomia própria e se torne membro ativo e participante do contexto da aula, no ambiente escolar e na sociedade como um todo.

Todavia, sabe-se que o princípio da inclusão defende que a sociedade deve fornecer as condições para que todas as pessoas tenham a possibilidade de ser um agente ativo na sociedade, e enquanto profissionais da educação temos a nossa parcela de contribuição.

Na escola, a Educação Física deve estar comprometida com a inclusão e pode trabalhar como rede de apoio, ou seja, o envolvimento da família, da sociedade, das políticas públicas. Espanha (1994, *apud* GOMES, 2013, p. 05) expõe que:

A Educação Física adaptada enfatiza a normalidade da diversidade, das diferenças e salienta a adaptação de atividades fundamentais no desenvolvimento da criança num todo. Uma educação eficaz de crianças com necessidades especiais não é obrigação somente da escola, mas da família, sociedade, política, todos trabalhando em conjunto para se obter uma educação inclusiva de qualidade.

O professor de Educação Física deve saber também que a inclusão do aluno deficiente visual não exclui os outros alunos, como já mencionado nesse estudo. Entretanto, deve estruturar um plano de aula onde tanto o aluno deficiente visual participa das aulas adaptadas, quanto os outros alunos também participam da mesma.

1.4.2 Benefícios das aulas de Educação Física para o aluno deficiente visual

Aponta-se a seriedade das ações educacionais para com o aluno com deficiência visual, pois a ausência e/ou perda da visão pode acarretar perda de informação do meio em que o aluno está, podendo provocar como já vimos, a exclusão, bem como auto-exclusão provocada pelo próprio aluno.

Portanto, é necessário contar com diversos fatores para que a inclusão aconteça de fato. Primeiramente a vontade do aluno de participar da aula de Educação Física, evitando que a opressão da família possa influenciar no sentido que o aluno não deva se arriscar a participar, pois poderá se machucar. O professor necessita, entretanto, ganhar a confiança do aluno e da família e quebrar o paradigma que foi colocado.

Vygotsky, (1994 p. 110, *apud* MACHADO, 2003 p. 24) coloca que “[...] o aprendizado das crianças começa muito antes de elas frequentarem a escola. Qualquer situação de aprendizado com a qual a criança se defronta na escola tem sempre uma história prévia”. E isso acontece da mesma forma com os alunos com deficiência visual, o que explica a valorização dos conhecimentos e informações prévias sobre o aluno.

Rizzo e Vispoel, (1991, *apud* MACHADO, 2003) colocam que os professores de Educação Física são vistos como profissionais com atitudes mais positivas frente à inclusão do que os professores das demais áreas do conhecimento, o que se explica pela interação e um processo mais dinâmico em relação para com a aplicação da aula.

Quando se fala de atividade física, independente da população abrangente, os benefícios são inúmeros e positivos. É lógico que tudo dependerá da intensidade e de como estão sendo realizadas essas atividades.

Ao referir-se às pessoas com deficiência visual, o desenvolvimento das atividades deve respeitar as capacidades e potencialidades do aluno, assim como para com qualquer pessoa. De acordo com Neves, Frasson e Cantorani (2003, p.05):

A Educação Física adaptada ao indivíduo cego trabalha abrangendo o seu desenvolvimento, não só na área psicomotora como também nos aspectos cognitivos, sociais-afetivos e sensoriais. Ela utiliza o corpo da criança cega como instrumento, como ferramenta mor. Partindo do conhecimento e domínio deste corpo, ela usa o movimento controlado como meio de interação e compreensão daquilo que a cerca. O respeito absoluto a individualidade do aluno, o prazer da descoberta de poder fazer e crescer com o seu esforço, tendo como fins o alicerçamento e a potencialidade de seu desenvolvimento geral, buscando propiciar condições favoráveis à sua trajetória e, futuramente, à sua emancipação social são os pressupostos de uma estratégia básica.

O aluno com deficiência visual, através das aulas de Educação Física, poderá ter mais oportunidade de conhecimento sobre seu corpo, sobre suas habilidades, e ir gradativamente produzindo mais autonomia e confiança para com a realização das atividades. Neves, Frasson e Cantorani (2003, p.07), observa que:

A Educação Física tem um papel decisivo na motivação para a vida e para a busca de melhor adequação das capacidades preservadas. O corpo cego é movimento, é vida, é sentimento e, tendo a oportunidade de vivenciar a atividade motora ou o esporte, o deficiente visual terá maiores chances para conquistar seu espaço como cidadão que é independente de sua deficiência.

Em uma pesquisa realizada por Gorgatti (2005) com adolescentes que possuem essa deficiência, sobre a importância das aulas de Educação Física, os mesmos responderam que as aulas são uma oportunidade para fazer amigos, que lhes trazem disciplina, que ajudam na saúde, no desenvolvimento dos esportes e no desenvolvimento do físico. Afirmam que a aula é para ser feita sempre em grupo, além disso, ressaltam que na aula de Educação Física pode conversar com o professor, e que geralmente ocorre nessas aulas momentos de brincadeiras e de descontração. Consideram que a disciplina é importante, pois, dá prazer e bem-estar, melhora a coordenação, a postura, ajuda a fazer amigos e a conviver com eles, melhora a confiança, os reflexos e a coordenação. Ao perguntar a estes alunos, no que a Educação Física os ajuda fora no âmbito escolar, os mesmos responderam que ajuda na independência (autoconfiança) melhora a postura para caminhar e melhora o senso de direção.

Através da pesquisa, percebe-se que a Educação Física é disciplina fundamental na interação social destes alunos, uma vez que as pessoas com essa deficiência, conforme visto anteriormente, tendem a ser inseguros, e alguns isolados socialmente, relacionando-se em geral com pessoas com a mesma deficiência.

Estudos apontam também a importância e os benefícios da prática esportiva no trabalho de reabilitação de pessoas que ficaram cegas, na fase adulta. Pereira *et. al.* (2013, p. 96) explicam que “nesta reconstrução social a prática esportiva se faz presente com grande êxito, por caracterizar atividades grupais, acessíveis a todos e melhorando a autoestima. ”

Os benefícios das aulas de Educação Física para os alunos com deficiência visual, em síntese, é a promoção da qualidade de vida, o desenvolvimento da autoconfiança, a melhora da autoestima, além de conter elementos que facilitam o desenvolvimento motor.

Existem alguns exemplos de planejamento de aulas que podem facilitar a inclusão do aluno deficiente visual. Gomes (2013) nos traz alguns exemplos:

- Teatro Mágico: A criança deve expressar o que ela está ouvindo do professor. Dar um personagem para cada aluno e de acordo com o decorrer da história cada um faz o que diz respeito a cada personagem. Batista (1998, *apud* GOMES, 2013).
- Fala que eu Faço: Os alunos formarão duplas, sendo que um da dupla estará com venda, o outro sem. O professor fará uma espécie de ninho do tesouro em alguns cantos da quadra, utilizando bolas com guizo. O colega vidente da dupla se separa e fuça em um lugar próximo dos ninhos para auxiliar o outro colega a chegar ao ninho. As dicas poderão ser de forma simbólica. Exemplo: 10 passos para frente, 10 passos para esquerda. Diehl (2006, *apud* GOMES, 2013).
- Passeio pelo bosque: O professor deverá espalhar obstáculos pela quadra, pedir aos alunos que fiquem em duplas. Um deverá guiar o outro, e ajudá-lo a passar por todas as barreiras que encontrarem pelo caminho. Depois troca-se o guia, para que todos tenham a mesma vivência. Almeida (1999, *apud* GOMES, 2013).

O professor pode trabalhar conteúdos que possam visar benefícios ao aluno deficiente visual, tal como o tônus muscular, que está diretamente ligado à postura corporal, ou seja, conectado à locomoção. Sendo assim:

Tarefas como andar com as pontas dos pés, ficar em pé com um apoio, andar sobre um banco sueco (com a devida segurança), pular determinada distância com os dois pés, e em seguida, com apenas um, são alguns exemplos que o professor de Educação Física na escola inclusiva pode realizar para estimular o controle do tônus muscular de um deficiente visual, cego ou com visão subnormal (KYRILLOS, 2005, p.24).

Para que a pessoa com deficiência visual tenha um bom desempenho ao se locomover no ambiente, em princípio deve perceber a posição de seu corpo no recinto, posteriormente deve perceber a posição de objetos em relação a si e, por fim, aprender a notar as posições e relações dos objetos para consigo, o que pode ser favorecido com trabalhos de coordenação motora global. (KYRILLOS, 2005).

Trabalhar a lateralidade, noção de direita e esquerda trará benefícios na orientação espacial dos mesmos, que de acordo com Kyrillos (2005, p. 29) é um conhecimento que é importante para a “aquisição da postura, do equilíbrio e da estabilidade, em relação à linha vertical da gravidade, que dividirá o corpo em lado direito e esquerdo”.

Ferreira *et. al.* (2013) sugere que atividades esportivas podem ocorrer dentro de uma didática nas aulas adaptadas, como também devem priorizar as estimulações motoras utilizando-se das tecnologias assistidas, realizando assim um atendimento educacional, que o professor use de metodologias diversificadas para realizar aulas atrativas e criativas.

Lima (2010), relata que em uma pesquisa realizada com graduandos que estavam atuando em sala de aula, foi abordado aspectos da inclusão escolar, e quais as estratégias que os mesmos utilizavam para tal. Os entrevistados afirmaram que utilizam de meios lúdicos, com jogos corporais, e procuravam criar laços entre eles, artes plásticas, expressão corporal, teatro, planejando as aulas, utilizando-se de recursos lúdicos.

Antes de realizar as atividades o professor deve se preocupar com a familiarização do local para o aluno. Ele deve sentir segurança para praticar a atividade, e questões como acessibilidade é fundamental. O professor deve evitar fazer qualquer tipo de explicação por gestos com as mãos, ao invés disso o professor deve tocar no aluno mostrando o direcionando ou ainda falando verbalmente quanto ao movimento ou direção que ele deve seguir. Deve atentar-se para que não saia de perto do aluno sem comunicar, e que ofereça sempre informações táteis na sua aula. (TEIXEIRA, 2008). Para que com isso o aluno possa se sentir mais seguro e confiável quanto a estar junto com seu professor

CAPÍTULO II

METODOLOGIA

2.1 Abordagem da pesquisa

Para este estudo utilizou-se como método a pesquisa qualitativa, pois através dela é possível descrever dados em que as informações contidas não possuem características e nem informações do pesquisador, mas sim do pesquisado e do ambiente. De acordo com Matias Pereira, (2012, p. 84):

No método qualitativo a pesquisa é descritiva, ou seja, as informações obtidas não podem ser quantificáveis. Por sua vez os dados obtidos são analisados de forma indutiva. Nesse sentido, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativas.

A pesquisa qualitativa traz um entendimento sobre aspectos e características das diferenças dos sujeitos pesquisados, trazendo uma proximidade do leitor com o ambiente e sujeitos da pesquisa. Silvia e Menezes (2001, p. 20) consideram que nesse método “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre objetivo e a subjetividade do sujeito que não podem ser traduzidos em números”.

2.2 Tipo de pesquisa

A pesquisa realizada para esse estudo foi uma pesquisa de campo, que visa características favoráveis para a ciência, quando favorece a coleta de informações que ocorrem na condição natural, a qual à pesquisa não sofre alterações por parte do pesquisador. Severino, (1941, p. 123) explica que:

Na pesquisa de campo, o objetivo/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador.

Marconi e Lakatos (2010), ressaltam que a pesquisa de campo consiste nas observações dos fatos tal como ocorrem, e no registro das variáveis que podem ocorrer, e que esse tipo de pesquisa não deve ser confundido com apenas levantamento de dados, e que para isso, em primeiro lugar deve ser feita uma pesquisa bibliográfica, para referendar e discutir os dados obtidos aos estudos teóricos.

2.3 Técnicas e instrumentos da pesquisa

Os instrumentos para o levantamento de estudos sobre a temática, em princípio realizou-se por meio de revisão literária, buscando sustentação na teoria dos autores que discutem a pesquisam o tema, o que trouxe suporte e fundamentos ao tema e visão geral do meio em que se pesquisou. (MATTOS; ROSSETTO JÚNIOR e BLECHER, 2008).

Para obter os dados aplicou-se um questionário com perguntas abertas e fechadas a dois professores de Educação Física, setenta e um alunos/colegas de turma do aluno deficiente visual, e aplicação de uma entrevista semiestruturada com três alunos deficientes visuais.

Marconi e Lakatos, (2010, p. 184) expõe que “o questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Minayo (1993, p. 107) afirma que o questionário “fornece informações pertinentes a um objeto de pesquisa”.

No instrumento utilizado da entrevista semiestruturada há possibilidade de acrescentar perguntas no momento que ocorre à pesquisa, de acordo com o andamento das respostas dos entrevistados. Malheiros, (2011, p. 197) explica que as perguntas “são abertas e flexíveis. Ou seja, o entrevistador deixa a pessoa ou o grupo livre para falar sobre um determinado assunto. Não significa dizer que não haja estrutura que organize o trabalho”.

Conforme Ruiz (1996, *apud*. MATTOS; ROSSETTO JÚNIOR e BLECHER, 2008, p. 65) “o entrevistador deve coletar dados e não os discutir com o entrevistado; disso se conclui que o entrevistador deve falar menos e ouvir mais. ” Para que não haja influência do entrevistador sobre o entrevistado, podendo assim prejudicar a sua entrevista.

2.4 Trajetória da pesquisa de campo

Para realizar a pesquisa de campo, organizou-se a documentação para apresentar o tema e solicitar autorização para a pesquisa. Mediante os documentos assinados pelo coordenador do curso de educação física e pela professora orientadora, foi-se a campo, primeiramente entrando em contato com Assessoria Pedagógica de Sinop, para solicitar a relação de alunos deficientes visuais matriculados na rede estadual de ensino das escolas de Sinop, protocolando ofício para essa finalidade. A Assessoria Pedagógica de Sinop não retornou formalmente via ofício à solicitação encaminhada, no entanto, orientou encaminhamento para as escolas para buscar as informações nas mesmas.

Algumas escolas foram indicadas pela Assessoria Pedagógica e após ter realizado o levantamento de alunos deficientes visuais, elegeu-se duas escolas da rede estadual de ensino e respectivamente os sujeitos para participar da pesquisa.

Nas escolas fui bem recebido pela direção e se mostraram dispostos a acolher a pesquisa. A diretora de ambas as escolas me apresentou ao professor de Educação Física, que em ambas as escolas se dispuseram a participar. Marcou-se a data para que pudesse estar vindo na escola e aplicar o questionário bem como realizar a entrevista.

Mediante alguns acasos, devido às escolas serem cedidas como alojamento para as equipes que participariam dos jogos regionais, a pesquisa teve que ser adiada por uma semana. Mas na data marcada retornei às mesmas, onde os professores cederam o espaço de suas aulas para explicar a importância do trabalho e pedir a participação e contribuição dos alunos. Os questionários foram respondidos pelos alunos e os professores de Educação Física na referida aula, e na mesma oportunidade, apliquei a entrevista com os alunos deficientes visuais. A entrevista com os alunos/colegas do aluno deficiente visual e com os professores foram realizados na própria sala de aula, onde professor e alunos responderam seus questionários acompanhados pelo entrevistador, já a entrevista com o aluno deficiente visual aconteceu no refeitório da escola, onde estiveram presente apenas o entrevistador e o aluno deficiente visual.

2.5 Sujeitos participantes da pesquisa

Participaram da pesquisa dois professores de Educação Física, sendo que o professor “A” é formado em Educação Física, tem pós-graduação em Educação Física Infantil trabalha como professor há vinte e oito anos, e hoje exerce uma carga horária de cinquenta e nove horas aula semanais. A professora “B” é formada em Educação Física licenciatura, trabalha como professora há dois anos e tem uma carga horária de trinta horas aula semanais.

Foi aplicado também um questionário para setenta e um alunos/colegas da turma dos deficientes visuais, sendo que esses alunos/colegas são do ensino médio, com idades entre quatorze e dezenove anos. Para a entrevista semiestruturada, elegeu-se três alunos deficientes visuais, sendo um aluno do professor “A” e duas alunas da professora “B”.

2.6 Análise de dados

Os dados obtidos através dos questionários e entrevista semiestruturada, foram analisados de forma em que houve uma interlocução do sujeito pesquisador e autores do capítulo I e autores pesquisado para responder as perguntas que trabalharam sobre o assunto.

Para que essa análise pudesse se concluir, as leituras sobre os temas relacionados à pesquisa contribuíram para análise e facilitaram a interpretação com o que os sujeitos da pesquisa expuseram das suas experiências e vivências nas aulas de Educação Física.

CAPÍTULO III

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

3.1 O conhecimento e entendimento dos professores quanto à inclusão dos alunos com deficiência visual, possibilidades e dificuldades

Com o intuito de analisar a prática pedagógica de professores de Educação Física na inclusão dos alunos com deficiência visual, e averiguar se existem e quais são as dificuldades e os benefícios da educação física, assim como identificar de que maneira acontece a inclusão do deficiente visual nas referidas aulas, foi aplicado um questionário aos professores de Educação Física.

Para conhecer como foi a experiência acadêmica e o conhecimento adquirido do professor, iniciou-se o questionário indagando-os se na sua formação no curso superior teve alguma disciplina que trabalhou sobre a deficiência visual. O professor “A” respondeu que “não” e a professora “B” que “sim”, respostas essas, que contextualizadas com o tempo de formação dos professores - professor “A” que atua há vinte e oito anos, e a professora “B” com o tempo de trabalho de dois anos - e com a influência das legislações da inclusão para com os deficientes, foi possível observar que há mais proficiência presente nas discussões e reflexões educacionais nos últimos anos, como visto nos aspectos históricos e de legislação nesse estudo.

Gomes (2013), argumenta sobre essa formação dos professores enquanto acadêmicos, que por muito tempo foi defasada, e a formação dos futuros professores com a questão da inclusão, e que mesmo hoje com a cobrança de se trabalhar e aplicar a inclusão, ainda é pouca a bagagem que se adquire na formação, mas que deve servir de base e incentivo para o próprio professor ir além e buscar obter mais informações e conhecimentos, para lhe auxiliar na prática pedagógica com aluno deficiente visual.

Para que se possa falar em incluir, é importante saber dos professores se o aluno com deficiência visual é participativo nas aulas de educação física. O professor “A” disse que “às vezes”; já a professora “B” respondeu que a aluna do 1º ano “participa”, porém, a aluna do 3º ano participa somente “às vezes”.

Perante os estudos realizados, compreende-se que a participação do aluno com deficiência visual é essencial, sendo impossível incluí-lo sem que o mesmo se disponha a participar. Conforme Carvalho (2012, p.11) “a Educação Física deve inverter essa máxima, incluindo e incentivando a participação de todos”. Portanto, cabe ao professor inverter essa máxima de os alunos não participarem das aulas, mediar e incentivar essa participação trazendo propostas para que este aluno interaja com toda a turma.

Através do questionário, averiguou-se com os professores se consideram importante a participação do aluno deficiente visual nas aulas de Educação Física, e que justificassem a sua resposta, o porquê da importância dessa participação. Foram dadas as seguintes respostas:

Professor “A”: *sim, porque além de tudo é um ser humano e que tem um carinho recíproco.*

Professora “B”: *sim, é importante para que não haja exclusão.*

É de suma importância a participação de todos os alunos nas aulas de Educação Física, e nesse estudo almeja-se transparecer o quanto favorece ao aluno deficiente visual para com o desenvolvimento motor, bem como na interação e convivência social e afetiva para com os colegas. Silva, Seabra Júnior e Araújo (2008) também argumentam sobre a necessidade do aluno deficiente visual participar das aulas de Educação Física, afim de se permitir o desenvolvimento integral de suas personalidades.

Para saber se há alguma barreira para incluir o aluno deficiente visual, se perguntou aos professores se encontram dificuldades para a inclusão deste aluno e quais seriam essas dificuldades. A professora “B” respondeu que “não”, dando a entender que na sua prática pedagógica consegue incluir ambas as alunas com deficiência visual nas suas aulas, o que é possível verificar na resposta da questão anterior onde colocou que “*sim*” para a aluna do 1º ano e “*às vezes*”, para a aluna do 3º ano. A resposta do professor “A” já apontou outras situações, apresentando-as a seguir:

Professor “A”: *sim. Quais: inúmeras- acessibilidade ineficiente, pouquíssimo material, falta de reuniões para aprendizagem.*

A acessibilidade é de conhecimento dos profissionais da educação que há legislações específicas que garantem esse direito e que regem as normas para que a mesma seja aplicada à infraestrutura do espaço da escola. A dificuldade perante a falta de reuniões, o professor deve

estar apontando a falta de uma formação continuada, seja na própria escola ou em nível de secretaria de educação, formação essa que também deve ser buscada pelo próprio professor para auxiliar nas suas deficiências para com o trabalho em relação à inclusão. Sobre os materiais, sabe-se que a realidade deve ser distinta de acordo com cada escola, mas mesmo perante a carência ou até a ausência de material apropriado, apoia-se a ideia da capacidade criadora de cada professor. Soler (2009) explica que a falta de material adequado não pode ser desculpa para não se trabalhar a inclusão. Tendo em consideração que muitos professores se apóiam na desculpa e por isso não buscam incluir o aluno, e muitas vezes nem sequer trabalham atividades que sejam adaptativas às reais condições de participação dos mesmos.

Sobre incluir o aluno com deficiência visual, teve-se a preocupação de buscar saber se os professores conseguem aplicar a aula de Educação Física para que este aluno possa participar sem que os demais alunos se sintam excluídos, onde ambos os professores responderam que “*sim*”.

Neste caso Teixeira (2008) contribuiu colocando que para poder se incluir sem excluir, é recomendável que os colegas passem por um processo de familiarização, nisso o aluno se coloca na condição do aluno deficiente visual e pode ter noção perceptiva e sensitiva no processo de participação.

Bruno (2006, p.16) coloca que “não há necessidade de planejar atividades específicas só para ele, podendo incluí-lo em todas as atividades desenvolvidas com as outras crianças, com pequenos ajustes e adaptações”, mas o professor deve buscar integrar esse aluno nas atividades sem deixar que o mesmo se exclua.

É importante frisar que, para a inclusão do aluno deficiente visual nas aulas, o professor deve contar com o apoio da turma para que a mesma aconteça. Mediante essa colocação, questionou-se os professores sobre a conduta de aceitação dos colegas quanto à participação nas aulas junto com o aluno deficiente visual. Nas respostas obteve-se do professor “A” - “às vezes” e, da professora “B” a resposta “*sim*”.

A colaboração da turma para o processo de inclusão é necessária, pois através do apoio desta ele acontece e tem real sentido para os alunos como um todo, no intuito de trabalhar as questões do respeito às diferenças e que o direito de uma educação de qualidade é de todos. Para Fumegalli, (2012) é importante que o professor respeite as diferenças e mostre que ele inclui esse aluno, para que sirva de exemplo para os colegas, já que para muitos alunos o professor é tido como um exemplo.

Para conhecer e poder ter uma base de como é a prática pedagógica dos professores de Educação Física participantes dessa pesquisa, perguntou-se como é desenvolvida a aula para incluir o aluno deficiente visual. As respostas foram as seguintes:

Professor “A”: *de forma mais humanizada possível*

Professora “B”: sobre incluir a aluna do 1º ano disse que: *nas minhas aulas não sinto dificuldade, pois a aluna é participativa* e da aluna do 3º ano, colocou que: *a aluna com um grau de dificuldade leve, muitas vezes não participa por escolha da mesma de não querer participar.*

A não participação do aluno dificulta o trabalho da inclusão, sendo que se nesse caso o professor busca integrar o aluno e ele não aceita, deve-se frisar que muitas vezes, como citado pelos alunos, as aulas não são planejadas ou, caso seja necessário, adaptadas da maneira que o aluno deficiente visual não tenha medo de participar e até mesmo vontade de se excluir. De acordo com Bruno (2009, p.70) “o professor também deve encorajar a criança com deficiência visual, como as demais, a participar de brincadeiras [...]”. e para que isso possa ser possível é de suma importância que o professor tenha domínio sobre suas atividades para que ele possa passar tranquilidade para seus alunos.

Para saber da participação e relação da família do aluno com deficiência visual com o processo de ensino aprendizagem da Educação Física, questionou-se aos professores se há barreiras encontradas para a inclusão, colocadas ou impostas pela família do aluno. O professor “A” respondeu que “às vezes”, já a professora “B” disse que “não”.

Ainda sobre a questão da família, buscou-se saber se na visão dos professores, consideram importante a participação da família do aluno deficiente visual junto à vida escolar do mesmo:

Professor “A”: “sim”, e argumentou que: *“pra termos o mesmo relacionamento que se tem em casa. Família e escola trabalham junto”*.(sic)

Professora “B”: “sim” – *“pra ver o seu rendimento e como está se adaptando e pra saber qual está sendo a sua evolução”*. (sic)

O papel da família na vida escolar do aluno deficiente visual é fundamental, assim como citado pela professora “B”, é importante a participação da família para ver como está sendo a sua evolução, mas deve-se ressaltar que essa participação deve ser de forma moderada, afim de não influenciar negativamente o trabalho pedagógico, como a superproteção familiar, que pode dificultar essa inserção do aluno nas aulas. (OLIVEIRA, 2014).

Mediante a participação do aluno deficiente visual, perguntou-se aos professores se avaliam que as aulas de Educação Física trazem benefícios para os mesmos e quais seriam esses benefícios. Nas respostas consideram e citam alguns benefícios, como se pode averiguar:

Professor “A”: *sim.*

Quais: *os mesmos benefícios do que para uma pessoa “normal”, mas dentro das suas limitações.*

Professora “B”: *sim*

Quais: *a socialização, cooperação. Saber que pode estar inserido nas atividades na sociedade, não ser excluído.*

Conforme Daltro (2004, p.51) “a atividade física proporciona força, resistência, coordenação e flexibilidade, entre outros componentes são denominadas capacidades e das habilidades física, podendo afetar a qualidade de vida de maneira geral”. Kyrillos (2005) também, destaca sobre os benefícios da Educação Física em trabalhar atividades que visem o bem-estar, ganho de tônus muscular, a habilidade, o conhecimento do domínio da lateralidade, entre outros benefícios, e para isso o professor deve estar ciente do seu papel enquanto professor desta disciplina.

De acordo com a fala dos professores e do autor, entendemos e ressaltamos a importância da prática de atividades físicas, pois com isso o aluno deficiente visual poderá ganhar na questão da autonomia e melhorar a qualidade de vida, entre outros benefícios, desta maneira cabe ao professor desencadear o interesse por essa prática.

Nesse estudo apontaram-se considerações sobre os materiais e espaços escolares, onde na pesquisa de campo perguntou-se aos professores qual a avaliação deles quanto ao espaço escolar e os materiais necessários para que o aluno deficiente visual possa participar das aulas de Educação Física, e nas respostas verifica-se que o professor “A” respondeu que o material e espaço “*deixa muito a desejar*” e a professora “B” disse que “*considera bom*”.

Gomes (2013) coloca que, para se ter um processo de inclusão é necessário um espaço favorável, com materiais apropriados, e pelo que se percebe na resposta do professor, a escola que ele da aula ainda precisam melhorar e muito quanto à questão da acessibilidade, infra-estrutura e na aquisição de materiais.

Sabendo que, além da formação, se faz necessária a busca constante por informações e conhecimentos, e a capacitação através de cursos que trabalham com a inclusão, nesse sentido buscou-se saber se os professores participam ou já participaram de algum curso voltado para a inclusão, e se consideram necessário participar. Eles responderam assim:

Professor “A”: *em toda minha vida escolar foi oferecido “um” remendo de curso.*

Professora “B”: *não participou. E colocou “sim”, que acha importante.*

Pelas respostas dos professores, verifica-se a deficiência para a formação continuada e para o estudo e discussão de práticas pedagógicas inclusivas.

Na vida acadêmica, como já apontado, geralmente o que é oferecido é o embasamento teórico com algumas vivências práticas, mas que enquanto profissionais, devemos nos aprofundar para ampliar conhecimentos e proporcionar um aprendizado de qualidade, afim de promover a inclusão, seja dos alunos com deficiência visual como para com os alunos com as diversas necessidades que se apresentem, para o desenvolvimento de uma prática inclusiva. Gorgatti (2005, p.21) expõe que “um grande entrave para o sucesso da proposta certamente é a falta de subsídios na formação acadêmica dos professores”, o que reforça a necessidade de o professor buscar uma formação continuada.

No que foi colocado pelos professores, vê-se que precisa melhorar a questão de cursos de capacitação, mas reiteramos que o professor deve exercer a busca constante de conhecimento sem depender dos demais, ou do próprio sistema. Lima (2010), sobre uma pesquisa que foi realizada com graduandos, afirma que os mesmos também relataram que são poucas as aulas que trabalham sobre inclusão, e que se sentem inseguros ao trabalhar com o público formado com alunos deficientes visuais. Porém os professores não podem apenas ficar se queixando do sistema e não irem á procura de mais conhecimento, pois com isso quem perde são os alunos.

3.2 A relação e a visão dos alunos/colegas de classe quanto às praticas pedagógicas do professor de educação física na inclusão do aluno deficiente visual

Para esta pesquisa é pertinente conhecer a relação e a visão dos alunos/colegas da classe do aluno deficiente visual, para poder ter uma base maior sobre qual é a realidade que se encontra o processo da inclusão escolar e, nesse estudo, principalmente nas aulas de Educação Física, pois é uma área que trabalha com atividades locomotoras, manipulativas que requisitam a participação e vivência para propiciar o desenvolvimento integral de todos os alunos. Aqui analisou-se as respostas dos alunos/colegas da classe dos alunos deficiente visual das Escolas Estaduais de Sinop-Mt sendo que foram duas escolas e três turmas de dois professores.

Para o início do questionário para com os alunos/colegas do aluno deficiente visual perguntou-se o aluno deficiente visual participa das aulas de Educação Física, a qual

averiguou-se respostas de distintas realidades. Na turma do 1º ano da professora “B” somente uma aluna/colega disse que “*não*”, a maioria respondeu que “*sim*” e houve por parte de poucos alunos também a resposta “*às vezes*”. Da turma do 3º ano da professora “B”, a maioria colocou “*às vezes*” e uma minoria colocou que “*sim*”. Já os alunos/colegas do professor “A” a maioria disse que “*não*”, e, uma parcela menor marcou a resposta “*às vezes*”.

Verifica-se que há realidades diferentes no quesito da participação dos alunos deficientes visuais nas aulas de Educação Física. A aluna deficiente visual do 1º ano tem maior participação, e isso pode se dar tanto pela questão do grau da deficiência, por que essa aluna tem deficiência visual parcial e por esse motivo consegue ter maior participação em atividades não adaptadas, quanto pela questão da idade.

Para que um aluno cego possa se sentir aceito pela turma, e para que a turma possa aceitá-lo, é necessário também trabalhar com a adaptação. Para isso, perguntou-se aos alunos se houve uma fase de adaptação dos alunos junto ao aluno deficiente visual. Na análise das respostas das três turmas, verificou-se que a maioria respondeu que “*não*” e, portanto, a minoria respondeu que “*sim*”.

Teixeira (2008) remete-se a essa questão, sobre a importância de fazer a familiarização do aluno deficiente visual com os demais alunos, sendo que pela análise percebe-se que a maioria dos alunos apontaram que não participaram de nenhuma fase de adaptação.

Para complementar o objetivo da pergunta anterior, perguntou-se se os professores já propuseram alguma atividade que levasse a turma a se colocar no lugar do aluno deficiente visual. A minoria dos alunos/colegas do professor “A” disse que “*sim*”. Todos os alunos/colegas do 3º ano da professora “B” disseram que “*não*”, a maioria alunos/colegas do 1º ano da mesma professora, disseram que “*não*” e, apenas um aluno dessa turma respondeu que “*sim*”.

Na mesma pergunta teve-se a intenção também de saber quais as atividades, no caso da resposta “*sim*”. Nenhum dos alunos/colegas do aluno deficiente visual da professora “B” respondeu sobre - quais atividades. Já na resposta dos alunos do professor “A”, apresentam-se algumas respostas:

Aluno 10 do professor “A”: *os alunos já fizeram uma gincana com o propósito de incluir, a atividade tinha que colocar uma venda e pegar a bola.*

Aluno 08 do professor “A”: *atividades com bola.*

Aluno 09 do professor “A”: *basquete com olhos vendados.*

Teixeira (2008) afirma que o professor deve proporcionar atividades que coloquem os alunos na condição do aluno deficiente visual, mas como se verifica nesse estudo apenas o professor “A” realizou atividades com esse propósito, e com os alunos/colegas do professor “B”, interpreta-se que não tiveram nenhuma atividade que os levassem a se colocar no lugar do aluno com deficiência.

Para que possa ter inclusão, deve se trabalhar essa prática no contexto das aulas, e para obter conhecimento de como isso acontece, perguntou-se aos alunos/colegas se o professor sempre inclui o aluno deficiente visual nas aulas de Educação Física. Nas respostas, apenas um aluno do professor “A” disse que “sim” e os demais responderam “não”. A maioria dos alunos/colegas do 1º ano e do 3º ano da professora “B” disse que “sim”.

É difícil dizer que vivemos num mundo de práticas de inclusão. Esta deve acontecer na escola e na prática pedagógica dos professores, e esse estudo aponta significativamente como maioria a resposta “não” trabalho para com este propósito.

Deve-se, enquanto professor, incluir o aluno com deficiência visual, porém deve-se ter a preocupação em saber se essa atenção não está sendo demasiadamente grande e nesse sentido, deixando os demais alunos de lado e até os excluindo. Portanto, no sentido dessa preocupação, buscou-se saber com os alunos/colegas se a atenção que o professor dá ao aluno deficiente visual no momento de explicar as atividades atrapalha os demais colegas. Nas respostas os alunos tiveram diferentes posicionamentos, os alunos do professor “A” a maioria respondeu “não”, e um aluno colocou “às vezes”. Os alunos da professora “B” tanto do 1º como do 3º ano na sua maioria também responderam “não”, nas respostas dos demais se verificou a resposta “às vezes” e apenas um aluno do 3º ano se posicionou com a resposta “sim”.

Na sequência da mesma questão perguntou-se o porquê consideram que a atenção que o professor dá ao aluno deficiente visual no momento de explicar a atividade atrapalha os demais alunos, onde obteve-se somente a contribuição de um aluno, colocada a seguir:

Aluno 05 do professor “A”: *às vezes, pois o professor tem que dar mais atenção no momento de explicar atividade para o aluno.*

Entretanto, coloca-se que a postura do professor é muito importantíssima para que não aconteça de os demais alunos se sentirem excluídos, e tanto a escola, como os professores devem ter a preocupação com a inclusão de todos os alunos. Para contribuir, de acordo com Frias (2008, s/p) “na educação inclusiva, uma escola deve se preparar para enfrentar o desafio de oferecer uma educação com qualidade para todos os seus alunos”. Buscando incluir todos os alunos nas aulas como membro participante das atividades.

Procurou-se saber na visão dos alunos/colegas, como é desenvolvida a prática pedagógica do professor de Educação Física para trabalhar a inclusão do aluno deficiente visual.

Todos os alunos do professor “A” relatam que o mesmo não trabalha nenhuma atividade que possa incluir o aluno deficiente visual nas aulas de Educação Física. Já os alunos da professora “B” se posicionaram dessa maneira:

Aluno 03 do 3º ano da professora “B”: *a aluna não participa das aulas e utiliza a deficiência visual como escudo para não fazer as atividades de educação física.*

Aluno 09 do 3º ano da professora “B”: *quando a aula é teórica, a professora traz a atividade impressa e com letras ampliadas, e quando a atividade é prática ela não exclui a aluna deficiente visual.*

Aluno 11 do 1º ano da professora “B”: *a professora traz atividades que podem ser trabalhados por todos.*

Pelas respostas dos alunos/colegas percebe-se que a inclusão ainda não tem acontecido de forma integral, pois algumas práticas pontuais acontecem, mas que ainda requerem de ênfase maior por parte do professor para que o aluno deficiente visual se sinta motivado a participar da aula.

Fumegalli (2012) traz a concepção de que o professor deve ser exemplo, então se trabalha a inclusão, certamente seus alunos aprenderão a incluir, caso contrário isso será impossível. Quando o professor tem o domínio sobre a aula, significa que ele a planejou, fazendo com que a aula se torne mais prazerosa para todos, dando maior segurança para o aluno deficiente visual.

Há também a questão de aceitação da turma, pois não há como incluir se a turma não aceitar que o aluno deficiente visual participe das aulas. Para isso, questionou-se se os alunos/colegas consideram que a turma tem aceitação do aluno deficiente visual na prática das atividades físicas.

A maior parte dos alunos/colegas do professor “A” disse que sim e os demais colocaram que “*não*”. A maioria dos alunos/colegas do 1º e 3º ano da professora “B” disseram que “*sim*”, e dentre as respostas dos demais se verificou que alguns apontaram “*às vezes*” e outros responderam “*não*”.

Para contribuir com a resposta sobre o porquê, analisa-se algumas respostas de alunos:

Aluno 08 do professor “A”: *não vão fazer atividades por causa do aluno deficiente visual.*

Aluno 11 do professor “A”: *por que as vezes querem fazer atividades, mas não podem pois precisam ajudar o aluno deficiente visual.*

Gomes *et. al.* (2013, p. 01) “A inclusão do aluno deficiente visual na escola tem como finalidade a interação do deficiente aos ‘não deficientes’, não só no meio escolar, mas perante a sociedade onde há ainda um grande preconceito para com os deficientes”. Então o corpo docente deve se atentar e cuidar para que esse aluno não venha se sentir um estorvo dentro da aula, pois conforme a fala dos alunos, percebe-se que a questão de incluir é aceita pela maioria dos colegas, porém vemos que ainda se tem uma resistência por parte de alguns alunos, pois uma pequena parcela se sente incomodada com a necessidade de estar socializando, vivenciando atividades práticas e até de ajudar o aluno deficiente visual nas aulas de Educação Física.

Existem muitas atividades que este aluno pode participar, e existem atividades adaptadas para que possa se sentir mais à vontade e confiante. Para isso, perguntou-se se o professor modifica as aulas de Educação Física para incluir o aluno deficiente visual, onde a maioria dos alunos/colegas do professor “A” e do 1º e do 3º ano da professora “B” disseram que “*não*”.

No procedimento de fazer modificações nas atividades desenvolvidas na aula de Educação Física é fundamental a inclusão de todos os alunos, sendo que se perguntou aos alunos/colegas se participam ou se sentem excluídos nesse processo. Nas respostas, os alunos/colegas do professor “A” todos responderam que participam. Nas respostas dos alunos da professora “B” já se pode analisar diferentes respostas, que uma minoria relatou que não participa.

Pelas respostas, pode-se analisar que o professor quase não modifica suas aulas, e que quando as modifica apenas um aluno da professora “B” disse que não participa. Para tanto o planejamento de aula, caso seja modificado, deve ter o objetivo de incluir tanto o aluno com deficiência visual como incluir os alunos/colegas, para vivenciarem e socializarem as experiências da aula e para que seja prazeroso para o grupo todo.

O discurso para com a inclusão existe, mas, para que essa inclusão possa acontecer as escolas devem estar com estruturas físicas apropriadas e adaptadas para que o aluno deficiente visual possa participar das aulas com mais liberdade e tranquilidade. Sobre essa colocação, o intuito é saber a visão dos alunos/colegas, se consideram que a escola tem um espaço físico acessível para o aluno deficiente visual, onde se obteve da maior parte dos alunos/colegas de ambos os professores a resposta “*não*”.

Portanto, para os alunos/colegas participantes dessa pesquisa, mediante a realidade na qual estão inseridos, o espaço escolar não é apropriado para os alunos com deficiência visual, sendo que isso é algo para se pensar, em como os governantes valorizam a inclusão se não contribuem com a acessibilidade. Mesmo perante tais circunstâncias, os alunos com deficiência visual não podem pagar por isso. Para Manzini (2008, *apud* FIEGENBAUM 2009, p.16) “é necessário ofertar às escolas as condições de acessibilidade em: edificações, meios de comunicação e informação e recursos didáticos”, disponibilizando então um espaço mais acessível para que se possa ter mais facilidade em desenvolver uma aula prazerosa e segura para todos.

Há algumas atividades em que os alunos deficientes visuais não se sentem à vontade em participar. Questionou-se os alunos/colegas se percebem algum tipo de restrição da parte do aluno deficiente visual em participar dos conteúdos ministrados pelo professor de Educação Física. Na resposta em relação a essa questão, os alunos/colegas demonstraram diferentes posicionamentos, a qual em suma se dividiram entre as opções de responder “sim” e “não”. Na complementação do porquê, vejamos algumas respostas de alunos/colegas de ambas as turmas:

Aluno 14 do professor “A”: *nunca tem atividades acessível para ele (sic).*

Aluno 17 do professor “A”: *porque a maioria das atividades não são adaptadas e por isso ele não participa.*

Aluno 04 do 3º ano da professora “B”: *não tem acessibilidade.*

Aluno 27 do 3º ano da professora “B”: *pois a aluna fica com medo de atrapalhar ou atrasar a aula.*

Aluno 08 do 1º ano da professora “B”: *a aluna tem medo de se machucar e vergonha.*

A maioria dos problemas da inclusão é quando o aluno deficiente visual não quer ser incluído, ou se auto-exclui. Situações essas, que devem ser bem planejadas pelo professor para que desenvolva atividades que proporcione a participação do mesmo, para não acarretar o medo ou até insegurança na sua participação, evitando que tenha medo de se machucar ou atrapalhar a aula e ser motivo de “zombaria” diante dos colegas.

Analizou-se através das respostas dos alunos que para que as aulas sejam inclusivas ainda terão um longo caminho a se seguir, com melhorias do espaço escolar, materiais, e a capacitação constante dos professores também deve ser algo a ser analisada, sendo que como o professor deve ser o maior exemplo dentro da sala, ele deve estar preparado para trabalhar com aulas onde o termo exclusão não deve existir.

3.3 O aluno deficiente visual quanto à inclusão nas aulas de educação física

Com os sujeitos deficientes visuais participantes da pesquisa, realizou-se uma entrevista semiestruturada, um instrumento propício para que se sinta incluído no processo e possa contribuir para que as aulas de Educação Física promovam a inclusão mediante o seu olhar e perspectiva de prática pedagógica inclusiva para todos os alunos.

Para iniciar a entrevista sentiu-se a necessidade de acrescentar uma questão, e saber o nível da deficiência visual dos alunos. As alunas da professora “B” ambas têm deficiência visual de nível “*parcial*” e o aluno do professor “A” disse que tem “*deficiência visual total*”.

Neves, Frasson e Cantorani, (2003) traz que há dois tipos de deficiente visual: o total, que não consegue enxergar e precisa se utilizar do método de escrita braile, e o deficiente visual parcial ou visão subnormal, que consegue fazer leituras com o tipo de letra ampliada ou com ajuda de potentes recursos ópticos. Conhecer essas características é fundamental para que o professor possa saber como planejar sua aula.

Apos isso se fez a pergunta na entrevista, onde indagou-se o (a) aluno (a) deficiente visual se participa das aulas de Educação Física.

Aluno do professor “A”: disse que *não participa com frequência, por falta de material e acessibilidade necessária.*

Aluna do 1º ano da professora “B: ” disse que *algumas vezes.*

Aluna do 3º ano da professora “B”: disse que *não participa.*

Verifica-se que nesse contexto da pesquisa realizada, é pouca a participação dos alunos deficientes visuais, a qual teria que ser maior e/ou total. Vale lembrar a colocação do aluno do professor “A”, que discorre sobre a falta de material e que a acessibilidade atrapalha sua participação. Como já citado nesse estudo, Soler (2009) nos faz refletir que, se um dos problemas é a falta de material, cabe ao professor mudar isso, criando estratégias e materiais para que esse aluno possa participar.

Perguntou-se a opinião do aluno deficiente visual quanto à concepção das aulas e a questão de se sentir incluído nas aulas de Educação Física. Eles responderam:

Aluno do professor “A”: *sempre quando há possibilidades eu participo das aulas, às vezes me sinto incluído.*

Aluna do 1º ano da professora “B”: *não muito.*

Aluna do 3º ano da professora “B”: disse que *às vezes, dependendo da atividade.*

Na colocação dos alunos, somente são incluídos em determinadas atividades, o que se acredita que não pode ser caracterizado como inclusão, realidades em que o professor

conseguiu apenas em determinada aula incluir o aluno. Silva, (2011, p. 17) escreve que “os educadores não poderão se acomodar, terão que discutir e participar do processo de inclusão e fazer a diferença”, que significa melhorar o processo de inclusão de forma permanente e não em uma prática pontual.

Com base nas leituras realizadas para esse estudo, viu-se a importância da família no processo de incentivo na participação do aluno deficiente visual nas aulas, para isso perguntou-se se a família incentiva a sua participação e como procede quanto ao aluno participar das aulas de Educação Física.

Aluno do professor “A”: disse que *sim, a minha família apóia a minha participação nas aulas de educação física.*

Aluna do 1º ano da professora “B”: disse que *minha família me apoia quanto a prática de atividades físicas.*

Aluna do 3º ano da professora “B”: respondeu que *a família incentiva.*

Quando a família entende que a participação é fundamental no desenvolvimento do aluno dá liberdade aos professores para que ele possa trabalhar aulas pensando no desenvolvimento do aluno como um todo, sabendo que esse aluno não será limitado apenas as aulas de educação física, e que ele terá capacidades para conviver em uma sociedade com autonomia, onde os mesmos conseguem trabalhar com o retorno positivo da família. Contribui também para o trabalho pedagógico da inclusão, o que se confirma com o que Gil (2000, p. 15), que coloca que “o sucesso de um programa de reabilitação depende da atuação da equipe de profissionais junto à criança e à família, desde o momento do diagnóstico”. Nesse caso, não seria de reabilitação, mas de aulas em que o acolhimento e a participação sejam constantes, que certamente terão avanços no desenvolvimento integral do aluno.

Posteriormente a questão sobre se o professor de Educação Física busca incluí-los nas aulas e como isso acontece, e obteve-se as seguintes respostas:

Aluno do professor “A”: *sim, trazendo atividades que eu possa participar.*

Aluna do 1º ano da professora “B”: *às vezes, a professora sempre pergunta se quero e quando consigo eu participo.*

Aluna do 3º ano da professora “B”: *a professora sempre me chama para participar.*

É importante que o professor planeje as atividades pensando na participação do aluno deficiente visual e além desse planejamento, que promova a inclusão. Ele deve sempre incentivar o aluno a participar com os demais, como os sujeitos deficientes visuais dessa

pesquisa colocaram, fazendo com que sintam prazer em fazer isso, pois o mesmo perceberá que o professor pensou nele ao planejar a aula.

Para que o aluno deficiente visual possa participar, deve se preparar uma aula pensada para a sua participação. Para isso, questionou-se se o professor modifica as atividades para incluí-lo, ou inclui o mesmo sem precisar modificar as atividades.

Aluno do professor “A”: disse que *ele traz algumas atividades modificadas, porém quando isso não acontece ele não faz nada para que eu possa participar, o que ocorre com frequência.*

Aluna do 1º ano da professora “B”: disse *não ela não modifica, sim quando eu consigo eu participo.*

Aluna do 3º ano da professora “B”: respondeu que *não, ela não modifica, e também não me inclui.*

De acordo com Gaio e Porto (2015 s/p), “os professores de Educação Física devem planejar suas aulas a partir dos objetivos que emanam, não só dos conteúdos a serem ensinados, mas em função do ciclo que se encontram os alunos, sejam eles deficientes ou não”. O professor deve planejar sua aula pensando pelo contexto da realidade da turma em geral, e que na maioria das vezes é mais fácil incluir um aluno deficiente visual no planejamento de uma aula do que modificar uma aula tendo em conta uma turma toda a se adaptar, e para isso o planejamento deve buscar a interação de todos sem distinção e exclusão.

Quanto à capacitação do professor, perguntou-se ao aluno se percebe que o professor está preparado para trabalhar com alunos deficientes visuais e as respostas foram:

Aluno do professor “A”: *não, talvez por falta de material necessário para que possa me incluir.*

Aluna do 1º ano da professora “B”: *sinto que ela não está preparada para trabalhar com pessoas com deficiência visual.*

Aluna do 3º ano da professora “B”: responde *percebo que ela não está preparada.*

Para todos os alunos, bem como para o aluno deficiente visual, é fundamental que sinta confiança no trabalho do seu professor, e quando essa confiança não acontece o professor corre o risco de os alunos não participarem. Para isso, além da formação o professor deve buscar a capacitação, formação continuada, buscando novas e diferentes metodologias para a aprendizagem dos alunos. Para Fiegenbaum (2009, p.11) a “Legislação, para que ocorra a inclusão, já existe, entretanto, torna-se necessário incentivar o desenvolvimento de projetos e capacitação de pessoas, que tenham interesse e empenho, para que isso se torne realidade”.

Da mesma maneira que foram questionados os alunos da classe quanto à aceitação do aluno deficiente visual nas aulas, questionou-se também o aluno deficiente visual se ele se sente incluído nas aulas de educação física pelos demais colegas.

Aluno do professor “A”: *sim, tentam fazer o máximo possível para que eu possa participar.*

Aluna deficiente visual do 1º ano da professora “B”: *respondeu sim, eles me chamam.*

Aluna do 3º ano da professora “B”: *argumentou sim, eles me chamam para participar.*

O apoio da turma é essencial, pois a inclusão somente acontece se o grupo como um todo contribuir, caso contrário, o aluno deficiente visual poderá se excluir das aulas.

Perguntou-se ao aluno, quanto à sua avaliação sobre o espaço físico da escola e materiais para que possa participar das aulas de educação física.

Aluno do professor “A”: *ruim, quadra mal sinalizada, sem aderência, falta de materiais adequados.*

Aluna do 3º ano da professora “B”: *o espaço escolar precisa melhorar, e o material não é adaptado, a quadra é mal sinalizada.*

Aluna do 1º ano da professora “B”: *o espaço é ruim, falta material adaptado.*

Para que o aluno deficiente visual possa se sentir seguro o espaço escolar deve ser o mais acessível possível, e, como os alunos relatam, isso não está acontecendo, o que dificulta a sua inclusão, pois o espaço não é bom e falta material apropriado para se trabalhar. Silva (2011 p. 19) expõe que “a educação inclusiva envolve planejamento e investimento de recursos, portanto, exige o comprometimento dos órgãos governamentais como preparação prévia do ambiente escolar”. Conforme o autor cita, o governo e os órgãos responsáveis devem investir em recursos para melhorias, para que esses alunos possam ter um espaço acessível.

Na prática pedagógica do trabalho de desenvolver uma Educação Física adaptada, a “dita” adaptação vai além da adequação do material e do local, envolve principalmente uma mudança significativa na atuação do próprio professor. Práticas inclusivas podem e devem provocar alterações de comportamento e sentimentos no professor, porque envolve atitudes que transpassam as barreiras de convicções e posturas frente a sociedade. E esse é um dos papéis da Educação Física, o de promover mudanças positivas na sociedade, afinal os jogos e os esportes de maneira geral favorecem vivências e experiências propícias para promover mudanças positivas de inclusão no contexto social e cultural.

Também foi levantada a questão se o aluno já se sentiu excluído pelo professor e se sente que o professor tem dificuldade em trabalhar à inclusão:

Aluno do professor “A”: *não, porém sinto falta de preparo do professor para me incluir.*

Aluna do 1º ano da professora “B”: *não, e ela tem dificuldade para me incluir.*

Aluna do 3º ano da professora “B”: *não, observo que ela tem dificuldade, e não busca trazer algo para me incluir.*

O professor pode até ter um discurso que não exclui e a que aceita o aluno com deficiente visual, mas quando não realiza e desenvolve nada para incluir, automaticamente já está excluindo. Vemos no relato dos alunos, que o professor não busca ou tem dificuldades para trabalhar com o aluno deficiente visual.

A participação do aluno deficiente visual propicia benefícios para o seu desenvolvimento, como vimos nas leituras, para a construção do referencial teórico e mediante essa afirmação perguntou-se se o aluno considera que participar da Educação Física trás algum benefício.

Aluno do professor “A”: *sim, e sei que tem benefícios principalmente pela minha socialização e pela questão motora.*

Aluna do 1º ano da professora “B”: *sim, pois tem os benefícios para minha saúde e parte motora.*

Aluna do 3º ano da professora “B”: *sim, pois me socializo com os demais alunos e me exercito.*

Importante salientar o aspecto da socialização apontado nas respostas, reforçando que se deve trabalhar a Educação Física com todos. Os alunos sabem que é benéfica a participação nas aulas, bem como Neves, Frasson e Cantorani (2003) também fala sobre essa importância, colocando que a Educação Física traz benefícios tanto para área psicomotora, social, afetiva.

Perguntou-se aos alunos se o professor já fez alguma atividade em que os demais alunos se colocam no lugar do aluno deficiente visual. As alunas da professora “B”, responderam que “*não*”.

Aluno o professor “A”: *sim, ele trouxe algumas atividades adaptadas.*

Saber se colocar no lugar dos outros favorece as ações educativas, para que os demais alunos se conscientizem de maneira perceptiva e sensorial como é ser deficiente visual, para que tenham compreensão das possibilidades e dificuldades, para que possam

auxiliar no processo da inclusão. Como pode ser verificado nesse estudo, de acordo com os alunos do 3º ano do professor “A” realizou algumas atividades nesse sentido.

Observou se através desta entrevista que os alunos deficientes visuais, sabem dos benefícios das aulas de educação física, e que gostariam de participar das aulas, porém não veem que o professor esta capacitado para trabalhar com a inclusão dos mesmos, e que a falta de busca do conhecimento e de planejamento das aulas tem refletido dentro das aulas, onde os alunos não se sentem seguros em participar o espaço escolar também devem ser melhorados juntamente com o material para que os alunos possam ter mais acessibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado na referida pesquisa, foi de fundamental importância, pois por meio dele foi possível conhecer e verificar como a inclusão dos alunos deficientes visuais acontece nas aulas de Educação Física, e como têm sido a prática pedagógica do professor para propiciar a participação integral de todos os alunos na realidade.

Pode-se observar através da análise de dados que o caminho da inclusão requer planejamento e constante estudo para o professor de Educação Física trabalhar nesse sentido. Por meio da pesquisa, foram identificadas dificuldades para que o professor possa trabalhar a inclusão, sendo apontado pelo mesmo a deficiência na formação e que não tem buscado conhecimento para engrandecer sua experiência, em consonância com a falta de material e espaço acessível para a prática de atividades. Outro aspecto colocado foi a pouca, ou, participação do aluno deficiente visual nas aulas, a qual o professor não tem se esforçado para que o aluno participe, e que pela fala dos alunos/colegas isso acontece pelo motivo do professor não trabalhar nenhuma atividade prazerosa para motivar a participação ativa do aluno.

Dentre toda a pesquisa foram ressaltados, através da visão de diversos autores, os benefícios da Educação Física para o aluno deficiente visual, pois é através desse contato com os demais alunos/colegas que acontece a socialização, o aluno se torna mais ativo, melhora sua qualidade de vida, e tudo isso num ambiente favorável. O que também se averiguou na pesquisa realizada, foram os benefícios apontados pelos alunos deficientes visuais.

De uma forma geral, a inclusão do aluno deficiente visual nas aulas de Educação Física, é uma prática pedagógica que requer mais empenho do professor, sendo que nessa pesquisa percebeu-se essa carência, desmotivando uma participação mais ativa do aluno, pois não tem se incentivado o mesmo a participar, e isso também tem acarretado em alguns alunos/colegas a falta de compreensão. Acredita-se que o maior exemplo é o professor, e se

ele não trabalha a inclusão dificilmente os demais alunos/colegas irão gerar essas práticas de inclusão, bem como não conseguirão aceitar a mesma

Foi possível verificar que mesmo perante estudos e pesquisas já realizadas sobre o tema deste estudo, o professor de Educação Física não tem conseguido realizar de forma integral a inclusão, não tem buscado, de uma maneira mais ativa, a interação do aluno deficiente visual junto aos demais alunos/colegas. A pesquisa, na análise da resposta de todos os sujeitos, ainda nos mostra que os órgãos responsáveis pela organização e manutenção do espaço escolar não tem cumprindo com sua parte, pois a parte da estrutura física e os materiais das escolas participantes tem deixado a desejar.

Sabe-se que se aprende, enquanto acadêmico, um pouco para que possamos trabalhar com a inclusão, porém isso não deve limitar o professor para buscar mais conhecimento, pois é fonte de aprendizagem para outras pessoas, e sabe-se que muitas serão as dificuldades que pode encontrar enquanto docente, entretanto, deve romper barreiras para que o conhecimento possa chegar a todos, e que a Educação Física possa se tornar eficiente e comprometida com o desenvolvimento de todos os alunos.

Espera-se que com esse estudo, possa gerar novas discussões na área da inclusão, e com isso os profissionais possam se voltar mais para este tema, que é de interesse de todos, e que as aulas de Educação Física se tornem um local de participação integral, pois se sabe que todos têm o direito de aprendizagem, e espera-se que isso não fique somente no papel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; JUNIOR, Dante de Rose; Fenômeno Esporte: Relações com a Qualidade de Vida. Disponível em: <http://www.fef.unicamp.br/fef/sites/uploads/deafa/qvaf/evolucao_cap1.pdf>. Acessado em: 06/04/2016.

ALVES, Maria Luíza Tanure; DUARTE, Edison. A Inclusão do Deficiente Visual nas Aulas de Educação Física Escolar: impedimentos e oportunidades. Maringá, Acta Sci. Human Soc. Sci. Vol. 27, nº 2, pág. 231-237, 2005 Disponível em: <periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/download/204/151>. Acessado em: 14/03/2016.

ALVES, Maria Luíza Tanure; DUARTE, Edison. A exclusão nas aulas de Educação Física: fatores associados com participação de alunos com deficiência. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/32043/24003>>. Acessado em: 15/03/2016.

ÁVILA, Camila Ferreira de; TACHIBANA, Miriam; VAISBERG, Tânia Maria José Aiello. Qual é o lugar do aluno com deficiência? O imaginário coletivo de professores sobre a inclusão escolar. PUC MG, 2008.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v18n39/v18n39a14.pdf>>. Acesso em 09/06/2016.

Blog CYBELLE VARONOS. 2010. Disponível em: <<http://deficientealerta.blogspot.com.br/2010/11/portaria-n-2344-de-3-de-novembro-de.html>>. Acessado em: 12/05/16.

BOAVENTURA, Roberta da Silva; CASTELLI, Michele de Souza; BARATA, Tatiana Cristina Rodrigues: Os benefícios da atividade física para a pessoa com deficiência. 2009 disponível em : <www.fai.com.br/portal/ojs/index.php/omniasaude/article/download/136/pdf> acesso em 21/06/2016

BRASIL, Ministério de Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL, Ministério de Educação e do Desporto. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Educação Física / Secretaria de Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998a.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia; Saberes e práticas da inclusão. Brasília-DF, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>>. Acessado em: 06/06/2016.

BUCHE, Patrícia; ZILIO, Maria Luiza; MAIA, Emanuel; Goalball: esporte que transforma a vida de deficientes visuais de Foz. 2014. Disponível em: <<http://100fronteiras.com/materia/goalball-esporte-que-transforma-a-vida-de-deficientes-visuais-de-foz>>. Acessado em: 06/04/2016.

CARVALHO, Liete Fonseca de; A inclusão de deficientes visuais nas aulas de educação física. Ariquemes-RO, 2012. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/bitstream>>. Acessado em: 06/06/2016.

DALTRO, ANA CRISTINA BRESCIANI VIANA, Benefícios da atividade física para pessoas com deficiência visual: Contribuições a partir da teoria de Erik Erikson. 2004. Disponível em: <<file:///C:/Users/TIAGO%20POLIDO/Downloads/DaltroAnaCristinaBrescianiViana.pdf>> acessado em: 23/06/2016

FERREIRA, Elizabete; LOPES, Raphael Gregory Bazílio; FERREIRA Raul; NISTA-PICCOLOUM, Vilma Leni: Um Olhar Sobre A Educação Física Adaptada Nas Universidades Públicas Paulistas:

Atividades Obrigatórias E Facultativas. 2013 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/refuem/v24n4/06.pdf>. Acessado em: 17/03/2016

FERREIRA, Flávia Martinelli; A Inclusão Nas Aulas De Educação Física: Um Estudo De Caso. 2010. Disponível em: < www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000809372>. Acessado em: 06/06/2016.

FIGENBAUM, Josiane; Acessibilidade no contexto escolar: tornando a inclusão possível. Porto Alegre-RS, 2009. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/33297/000726075.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 06/06/2016.

FILHO, Mauro Lúcio Mazini; JÚNIOR, Ricardo Luiz Pace; CARAS, Júlio César Correa Neto; MATOS, Dihogo Gama de; VENTURINI, Gabriela Rezende de Oliveira; SAVÓIA Rafael Pedrosa; ZANELLA André Luiz: A importância das aulas inclusivas de Educação Física para os portadores de deficiência. 2009. Disponível em: < <http://www.efdeportes.com/efd139/aulas-inclusivas-de-educacao-fisica.htm>> acesso em: 21/06/2016

FONSECA, Jorge Alberto Lago; PIMENTA, Renata Waleska; A Chegada Dos Desiguais À Escola: Novas Formas De Inclusão/Exclusão. 2011. Disponível em: < http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao_Cultura_e_Relacoes_Etnico_Raciais/Trabalho/06_39_27_2796-6886-1-PB.pdf>. Acessado em: 03/05/2016

FRIAS, Elzabel Maria Alberton; Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do ensino regular. 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>>. Acessado em: 31/05/2016.

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Avila. Inclusão Escolar: O Desafio de uma Educação para todos?. Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Especial: Deficiência Mental e Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem. Ijuí – RS, 2012. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:80870/xmlui/bitstream/handle/123456789/716/ritamonografia.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 10/03/2016.

GAIO, Roberta; PORTO, Eline; Educação física e pedagogia do movimento: possibilidades do Corpo em diálogo com as diferenças. 2015. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/capitulo-livro-sociedade-cultura-e-educacao-fisica.html>>. Acessado em: 31/05/2016.

GIL, Marta; Deficiência visual. 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>>. Acessado em: 31/05/2016.

GOMES, Marco Aurélio da Silva; MELO, Wirliane da Silva de; MELO, Marceli Pureza de; GOMES, Francisco Marlon da Silva; DANTAS, Aldir de Azevedo: Os fatores de inclusão do deficiente visual nas aulas de Educação Física. 2013. Disponível em: < <http://www.efdeportes.com/efd177/inclusao-do-deficiente-visual-nas-aulas.htm>> acessado em 23/06/2016.

GOMES, Thamyres de Sousa: EDUCAÇÃO FÍSICA COMO FORMA DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS. 2013. Disponível em <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/3923/1/THAMYRES%20DE%20SOUSA%20GOMES.pdf> acessado em: 21/06/2016

GORGATTI, Márcia Greguol; Educação física escolar e inclusão: uma análise a partir do desenvolvimento motor e social de adolescentes com deficiência visual e das atitudes dos professores. São Paulo-SP, 2005. Disponível em: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/05/ef-escolar-e-inclusao-do-dv.pdf>>. Acessado em: 06/06/2016.

KYRILLOS, Michel Habib Monteiro; O DEFICIENTE VISUAL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. 2005. Disponível em: <http://wilikit.ifrr.edu.br/index.php/publicacoes/doc_download/25-o-deficiente-visual-consideracoes-acerca-da-pratica-da-ed-fisica-escolar-na-educacao-inclusiva> acessado em: 21/06/2016

LANE, Silvia T. Maurer. O que é psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2006. — (Coleção primeiros passos; 39) 6ª reimpr. da 22ª ed. de 1994. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/139985/mod_resource/content/1/O-que-%C3%A9-Psicologia-Social.pdf>. Acesso em 16/03/2016.

LIMA, Helidiane Souza de; CAVALCANTE, Tícia Cassiany Ferro: A formação Continuada do professor para educação inclusiva na rede municipal do Recife. 2009. Disponível em: https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2010.1/a%20formao%20continuada%20do%20professor%20para%20educacao%20inclusiva%20n.pdf acessado em: 23/06/2016

LIMA, Priscila Augusta. Educação Inclusiva: indagações e ações nas áreas da educação e da saúde. São Paulo-SP. Avercamp, 2010. 160p.

MACHADO, Edileine Vieira et al. Orientação e mobilidade: Conhecimentos básicos para a inclusão do deficiente visual. Brasília: MEC, SEESP, 2003. 167p.

MALHEIROS, Bruno Taranto. Metodologia da pesquisa em educação. Rio de Janeiro-RJ. Ltc, 2011.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. Fundamentos de metodologia científica . 7ed.. São Paulo- SP: Atlas S.A, 2010.

MARQUES, Keury Gomes; SILVA, Renata Vanessa da; SILVA, Rita de Fátima da; Atividades Inclusivas na Educação Física escolar. 2008. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd119/atividades-inclusivas-na-educacao-fisica-escolar.htm>>. Acessado em: 09/06/2016.

MATTOS, Mauro Gomes de; ROSSETTO júnior, Adriano José; BLECHER, Shelly: Metodologia da pesquisa em educação física: desenvolvimento e realização da pesquisa. 3ª ed. São Paulo: Phorte, 2008.

MELO, José Pereira de; O Ensino da Educação Física para deficientes visuais. 2004. Disponível em: <<http://rbce.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/viewFile/243/244>>. Acessado em: 06/04/2016.

MENDES, Enicéia Gonçalves; Breve histórico da educação especial no Brasil. 2010 disponível em: < <http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaeypp/article/viewFile/9842/9041>>. Acessado em 21/06/2016

MINAYO, M.C.S.; O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8 Ed. São Paulo-SP: Hucitec, 2004.

NEVES, Geraldo Nepomuceno das; FRASSON, Antônio Carlos; CANTORANI, José Roberto Herrera. Educação física adaptada ao deficiente visual. 2003. Disponível em: < http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EDUCACAO_FISICA/artigos/Educacao_Fisica_adaptada.pdf>. Acessado em: 09/06/2016.

CONFED: O Profissional de Educação Física e a Saúde da Família. 2008. Disponível em: <<http://www.confef.org.br/extra/revistaef/show.asp?id=3717>>. Acessado em: 05/04/2016.

OLIVEIRA, Nathalie Francisca Arruda. A inclusão do deficiente visual nas Aulas de Educação Física no ensino regular In: TESCHE, Leomar. Santa Rosa-RS. Ed. Universidade Regional do Noroeste do Estado de Rio Grande do Sul, 2014. 50p.

PAIVA, Amália Rebouças de; OLIVEIRA, Pedro Ferreira Faustino; Junior, Manoel Osmar Seabra: A INFLUÊNCIA DO ESPORTE COMO FATOR ESTIMULADOR DA INCLUSÃO NA VIDA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL. 2012. Disponível em: <<http://www.unoeste.br/site/enepe/2012/suplementos/area/Vitae/Ci%C3%A4ncias%20da%20Sa%C3%BAde/Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica/A%20INFLU%C3%8ANCIA%20DO%20ESPORTE%20COMO%20FATOR%20ESTIMULADOR%20DA%20INCLUS%C3%83O%20NA%20VIDA%20DE%20PESSOAS%20COM%20DEFICI%C3%8ANCIA%20INTELECTUAL.pdf>> acessado em: 21/06/2016

PEREIRA, José Matias. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. 3ed.São Paulo-SP. Atlas2012. 84p.

PEREIRA, Ramon; OSBORNE, Renata; PEREIRA, Antonino; CABRAL Soraia Izabel: A importância do desporto de alto rendimento na inclusão social dos cegos: Um estudo centrado no Instituto Benjamin Constant. Brasil.2013. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-107X2013000200010&lang=pt>. Acessado em: 08/06/2016.

SANTIAGO, Maria Eliete; É possível uma sociedade sem exclusão, ou melhor, é possível uma sociedade inclusiva? 2000. Disponível em: <<http://www.ipfp.pt/cdrom/Pain%E9is%20Dial%F3gicos/Painel%20B%20-%20Sociedade%20sem%20exclus%20o/elietesantiago.pdf>>. Acessado em: 13/05/2016.

SANTOS, Ana Lúcia Padrão dos; SIMÕES, Antonio Carlos; Educação Física e Qualidade de Vida: reflexões e perspectivas. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21n1/18.pdf>>. Acessado em: 06/04/2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico.23 ed. São Paulo-SP. Cortez Editora, 1941.

SILVA, Anselmo de Athayde Costa e; MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; PENA, Luis Gustavo de Souza; MOLCHANSKYI, Sheila; BORGESI, Mariane; CAMPOSI, Luis Felipe Castelli Correia de; ARAÚJO, Paulo Ferreira de; BORIN, João Paulo; GORLA, José Irineu; Esporte adaptado: abordagem sobre os fatores que influenciam a prática do esporte coletivo em cadeira de rodas. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092013000400015&lang=pt>. Acessado em: 14/03/2016.

SANTOS, Ivone Aparecida dos; EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE: uma prática a ser construída na Educação Básica: 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2346-6.pdf>> acessado em: 21/06/2016.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat: Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3ªed.; Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Margaret do Rósario; Dificuldades enfrentadas pelos professores na educação inclusiva. Brasília, 2011. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2487/1/2011_MargaretRosarioSilva.pdf>. Acessado em: 31/05/2016.

SILVA, Rita de Fátima da; SEABRA Junior, Luiz; ARAUJO, Paulo Ferreira. Educação Física adaptada no Brasil: da história à inclusão educacional. p. 16,17,24. São Paulo-SP. Phorte Editora,2008.

SOLER, Reinaldo. Educação Física inclusiva: em busca de uma escola plural. 2ed. Rio De Janeiro-RJ. Sprint, 2009.

TAKEDA, Osvaldo Hakio; STEFANELLI, MAGUIDA COSTA; Atividade física, saúde mental e reabilitação psicossocial. 2006. Disponível em: < <http://reme.org.br/artigo/detalhes/403>>. Acessado em: 06/04/2016.

TEIXEIRA, Luzimar; Educação Física adaptada e saúde: da teoria à prática. São Paulo-SP, Phorte, 2008.

VIANNA, José Antonio; LOVISOLO, Hugo Rodolfo; A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092011000200010&lang=pt>. Acessado em: 05/04/2016.

VILELA, Andrea Texeira; COSTA, Vera Lúcia de Menezes; TUBINO Manoel José Gomes (in memoriam): A inclusão do necessitado especial no esporte escolar. 2009. Disponível em: < <http://www.efdeportes.com/efd139/a-inclusao-no-esporte-escolar.htm>> acessado em: 21/06/2016.

VIOTO, Josiane Rodrigues Barbosa; VITALIANO, Célia Regina. O papel da gestão pedagógica frente ao processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias>>. Acessado em: 07/04/2016.

APÊNDICES

APÊNDICE “A”



Sinop, 26 de abril de 2016

ILMO Sr. Assessor Anésio Bach

MD Assessor Pedagógico – SEDUC – Sinop – MT

Sr. Assessor: Anésio Bach

Cumprimentamos cordialmente, oportunidade em que solicitamos a relação de nome dos alunos com deficiência visual e o nome das respectivas escolas que estão matriculados a fim de obter informações do público alvo para possível participação na pesquisa de campo sobre: **A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**, trabalho de pesquisa monográfico do acadêmico TIAGO POLIDO DE ALMEIDA do curso de Licenciatura em Educação Física da FASIPE, sob orientação da Prof.^a Bernardete Maria Backes.

Certos contarmos com a vossa colaboração, desde já agradecemos.

Atenciosamente,

Bernardete Maria Backes
Professora orientadora

Claudemir Gomes da Cruz
Coordenador do Curso

APÊNDICE “B”**FACULDADE DE SINOP**

Sinop/MT, 26 de abril de 2016

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Eu, TIAGO POLIDO DE ALMEIDA, acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade FASIPE, estou desenvolvendo minha pesquisa monográfica, abordando a temática **A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**, sob a orientação da Professora BERNARDETE MARIA BACKES. O objetivo da pesquisa é: conhecer e analisar a prática pedagógica dos professores de Educação Física na inclusão dos alunos com deficiência visual.

Nesse documento segue “termo de esclarecimento e de livre consentimento” explicando os procedimentos adotados neste estudo, dando garantia que essa pesquisa será desenvolvida de maneira ética. Esse documento deve ser avaliado e caso sua resposta seja favorável a participar, o mesmo deve ser assinado e devolvido.

Certos de contarmos com vossa colaboração reitero votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

.....

APÊNDICE “C”



FACULDADE DE SINOP

Sinop/MT, de..... de 2016

TERMO DE ESCLARECIMENTO E LIVRE CONSENTIMENTO

Realização de pesquisa de campo para coleta de dados para trabalho monográfico de conclusão de curso – Licenciatura Educação Física com a temática: **A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**, sendo que sobre a realização da mesma informo que:

- * As informações coletadas serão utilizadas na pesquisa e será garantido o sigilo referente à identidade dos participantes.
- * Para obter dados concretos será realizada a aplicação de um questionário com o professor de Educação Física e uma entrevista semi-estruturada com o (s) aluno (s) deficiente (s) visual (is), e questionário com dez alunos/colegas do (s) deficiente (s) visual (is).
- * A participação será voluntária, sendo que não será obrigado responder todas as perguntas.
- * Não haverá ônus financeiro para qualquer uma das partes.

Desta forma eu _____
 declaro que fui informado sobre a pesquisa, tendo garantia que apenas dados consolidados serão divulgados. Entendo que tenho direito a receber informações adicionais sobre o estudo a qualquer momento. Fui informado que a participação é voluntária, sem ônus financeiro para nenhuma das partes.

Data: ____ / ____ / ____

 Assinatura

APÊNDICE “D”



FACULDADE DE SINOP

QUESTIONÁRIO PARA O (A) PROFESSOR (A):

Informações pessoais:

1- Gênero: () Feminino () Masculino

2- Formação acadêmica: _____

() Pós-graduação () Mestrado () Doutorado

Especificar: _____

3- Quantos anos de serviço na área de Educação Física Escolar? _____

4- Carga horária/semanal da sua jornada de trabalho: _____

Perguntas:

1. Na sua formação no curso superior teve alguma disciplina direcionada para trabalhar com alunos com deficiência visual?

() sim () não

2. O aluno deficiente visual participa das aulas de Educação Física?

() sim () não () às vezes

3. Considera importante a participação do aluno deficiente visual nas aulas de Educação Física? Por quê?

.....

.....

.....

4. Encontra dificuldades para a inclusão do aluno deficiente visual?

() sim () não

Quais:.....

.....

5. Há como incluir o aluno deficiente visual sem excluir os demais alunos da turma?

() sim () não () às vezes

6. Os alunos não deficiente visual aceitam participar junto com o aluno deficiente visual ou existe pré-conceito?

() sim () não () às vezes

7. Descreva como é a prática pedagógica inclusiva nas aulas de Educação Física:

.....

.....

.....

8. Há barreira (s) encontrada (s) para a inclusão, colocada/imposta pela família do aluno deficiente visual?

() sim () não () às vezes

Qual (is)?.....

.....

9. É importante a participação da família do aluno deficiente visual junto á vida escolar do mesmo? Por quê?

.....

.....

.....

10. As aulas de Educação Física trazem benefício (s) para o aluno deficiente visual?

() sim () não

Quais?.....

.....

11. Como você avalia o espaço escolar, e materiais necessários para que você possa participar das aulas de Educação Física?

.....

.....

.....

12. Você participa de cursos de capacitação para se trabalhar a inclusão? Em sua opinião, há necessidade?

.....

.....

.....

MUITO OBRIGADO PELA SUA PARTICIPAÇÃO, que sempre é muito importante para a constituição de conhecimento na área da Educação Física Escolar

APÊNDICE “E”



FACULDADE DE SINOP
QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS

Informações pessoais:

Gênero: () Feminino () Masculino

Idade:.....

Ano de escolaridade:.....

Questionário com alunos da classe do aluno deficiente visual

1. O aluno deficiente visual participa das aulas de Educação Física?

() sim () não () às vezes

2. Houve uma fase de adaptação dos alunos junto ao aluno deficiente visual?

() sim () não

3. O professor já propôs atividades que levasse a turma se colocar no lugar do aluno deficiente visual.

() sim () não

Qual (is)?.....

.....

4. O professor sempre incluiu o aluno deficiente visual nas aulas de Educação Física?

() sim () não

5. Você considera que a atenção que o professor dá ao aluno deficiente visual no momento de explicar a atividade atrapalha os demais alunos?

() sim () não () às vezes

Por quê?.....

.....

6. Escreva como o professor trabalha a inclusão do aluno deficiente visual nas aulas de Educação Física:

.....

.....

.....

7. Você considera que turma tem aceitação pela participação do aluno deficiente visual nas aulas de educação física?

() sim () não () às vezes

Por quê?.....

.....

8. O professor modifica as aulas de educação física para incluir o aluno deficiente visual?

() sim () não () às vezes

Nessas aulas você participa - ou se sente excluído:

.....

9. O espaço físico oferecido pela escola é um espaço acessível para a um aluno com deficiente visual?
() sim () não

10. Você percebe algum tipo de restrição da parte do aluno deficiente visual em participar dos conteúdos ministrados pelo professor de educação física?

() sim () não

Por quê?.....
.....

MUITO OBRIGADO PELA SUA PARTICIPAÇÃO!

APÊNDICE “F”

FACULDADE DE SINOP

Informações pessoais:

Gênero: () Feminino () Masculino

Idade:.....

Ano de escolaridade:.....

Entrevista semi-estrutura com o aluno deficiente visual

1. Você participa das aulas de Educação Física?
2. Você se sente incluído nas aulas de educação física
3. Como sua família procede quanto a sua participação nas aulas de Educação Física? (Incentiva, estimula a participação).
4. O professor de Educação Física busca sempre inclui-lo nas aulas de Educação Física? Como?
5. O professor modifica as atividades da aula de Educação Física para inclui-lo? Ou, o professor faz com que você seja incluído na atividade sem necessidade de modificá-la?
6. Você percebe que o professor de Educação Física esta preparado para trabalhar com alunos deficientes visuais
7. Você se sente incluído na aula de Educação Física pelos demais colegas?
8. Como você avalia o espaço escolar, e materiais necessários para que você possa participar das aulas de Educação Física?
9. Você já se sentiu excluído pelo professor em alguma atividade? Percebe que existe dificuldade da parte do professor para trabalhar a inclusão?
10. Existe benefício (s) em participar das aulas de Educação Física? Qual (is)?

MUITO OBRIGADO PELA SUA PARTICIPAÇÃO!